



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

## A Casa de Acolhimento onde Eu vivo: Narrativas de Crianças e Jovens sob Medida de Acolhimento Residencial

Rute Catarina de Correia Ferreira

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais  
Área de Especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Orientação Científica:

Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães  
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Outubro, 2017

*Às Crianças e aos Jovens, a nossa esperança  
de que esta investigação lhe permita o reconhecimento  
da sua dignidade e o cumprimento dos seus direitos fundamentais.*

## **AGRADECIMENTOS**

O meu principal agradecimento é para o meu orientador de dissertação e coordenador do Mestrado de Ciências Policiais, o Professor Doutor Nuno Poiares, por toda a dedicação, disponibilidade, simpatia, confiança, motivação, por tudo o que aprendi consigo, como professor, mas também como pessoa, não deixou de acreditar nos seus alunos, sem si, nada disto seria possível.

Quero agradecer às crianças e aos jovens da Casa do Vale e do Lar de Santa Cruz, que fazem parte desta investigação, por toda a sua disponibilidade e da forma como me acolheram, na sua casa, demonstrando que há sempre uma esperança e um outro modo de ultrapassar as dificuldades da vida. A todos, o meu sincero e profundo agradecimento pela compreensão e cooperação.

O meu agradecimento às equipas técnicas e funcionários das Casas de Acolhimento, que colaboraram com este estudo. Agradeço toda a receptividade e abertura. Muito obrigada à Dra. Liliana Morais e à Dra. Ana Moutinho pela oportunidade que me deram, por enriquecerem o meu conhecimento, me transmitirem as ferramentas necessárias à realização da presente Dissertação de Mestrado e pela disponibilidade incansável.

A todas as pessoas que aceitarem ser entrevistadas e que deram “voz” a este trabalho.

Aos meus amigos, por todo o companheirismo, momentos e incentivo, agradeço por acreditarem em mim.

Muito obrigada à minha família, principalmente à minha Mãe e ao meu Pai, por todo o apoio e amor incondicional, por todos os esforços que fizeram para eu ser a pessoa que sou hoje.

A minha gratificação a todos, que direta ou indiretamente me ajudaram de diversas formas, na realização deste desafio.

## RESUMO

A Medida de Acolhimento Residencial é aplicada em última instância, quando se verifica que uma criança ou jovem se encontra em perigo, apresentando-se como uma das respostas sociais e do Estado para as proteger de situações e condutas que comprometam o exercício pleno dos seus direitos e o seu desenvolvimento saudável.

As Crianças e os Jovens são sujeitos de direitos, com capacidade de participar e dar a sua opinião em tomadas de decisão face às suas vivências, representações e expectativas, não só no presente, como no futuro. A participação da criança em pesquisas acerca de assuntos e temáticas que lhe dizem respeito, nomeadamente para perceber e compreender os Problemas de Comportamento e os Comportamentos de Risco verificados nas Casas de Acolhimento é de elevada relevância, pois só os próprios sujeitos são capazes de esclarecer e elucidarem os seus próprios pensamentos acerca da sua vida e as suas condutas.

O ponto de partida para o desenvolvimento desta pesquisa foca-se nas narrativas de crianças e jovens, em medida de acolhimento residencial. Assim o presente estudo apresenta-se como uma proposta de reflexão sobre os contextos de vida das crianças e jovens em situação de acolhimento, no sentido de caracterizar e compreender as representações e significados atribuídos à sua Casa de Acolhimento relacionando-os com os seus comportamentos.

A investigação realizou-se num Lar de Infância e Juventude e numa Casa de Acolhimento, no distrito do Porto que acolhe no seu todo vinte e oito crianças e jovens do género feminino e masculino respetivamente, com idades compreendidas entre os seis e os vinte e quatro anos.

A investigação é de carácter qualitativo, tendo a informação sido recolhida através de Observação Participante e Inquéritos por Entrevista.

Pela interpretação e análise das narrativas das crianças e jovens pode compreender-se e identificar-se a problemática dos Problemas Comportais e dos Comportamentos de Risco existentes.

**Palavras-chave:** Jovens; Acolhimento Residencial; Casas de Acolhimento; Problemas Comportamentais e Comportamentos de Risco

## **ABSTRACT**

The Measure of Residential Home is ultimately applied, when it's verified that a child or young person is in danger, presenting itself as one of the social and state responses to protect them from situations and behaviors that compromise the full exercise of their rights and their healthy development.

The children and young people are subjects of rights, able to participate and give their opinion in decision-making regarding their experiences, representations and expectations, not only in the present, but also in the future. The participation of children in research on subjects and themes that concern them, namely to understand and understand the Behavioral and Risk Problems verified in the Host Houses is of great relevance, since only the subjects themselves are able to clarify and elucidate their own thoughts about their life and their behaviors.

The starting point for the development of this research focuses on the narratives of children and young people, in measure of residential home. Thus, the present study presents itself as a proposal for reflection on the life contexts of the children and young people in the host situation, in the sense of characterizing and understanding the representations and meanings attributed to their Host Houses, relating them to their behaviors.

The research was carried out in a Home for Children and Youth and a Reception House, in the district of Porto that houses in its whole twenty-eight children and young men of the feminine and masculine gender respectively, between the ages of six and twenty-four years.

The research is qualitative nature, and the information was collected through Participant Observation and Interview Surveys.

For the interpretation and analysis of children's and young people's narratives it's possible to understand and identify the problematic of existing Behavioral and Risk problems.

**Keywords:** Young; Residential Home; Host Houses; Behavioral Problems and Risk Behaviors

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	III
RESUMO.....	IV
ABSTRACT .....	V
ÍNDICE.....	VI
LISTA DE SIGLAS .....	VIII
ÍNDICE DE TABELAS .....	IX
INTRODUÇÃO .....	10
<i>Parte I – Enquadramento Teórico.....</i>	<i>13</i>
CAPÍTULO I – CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO .....	14
1.1. O conceito de Crianças e Jovens .....	14
1.2. A Criança como Sujeito de Direitos .....	16
1.3. Enquadramento Legal de Crianças e Jovens em Perigo, de Portugal .....	20
1.4. A Criança vítima de Violência .....	24
1.4.1. Caracterização das formas de mau trato .....	25
1.4.2. Consequências a curto e a longo prazo.....	29
CAPÍTULO II – MEDIDA DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL .....	32
2.1. As Casas de Acolhimento.....	32
2.2. Os impactos da execução da Medida de acolhimento residencial .....	33
2.3. O Desenvolvimento das crianças e os Processos de Vinculação .....	35
CAPÍTULO III – PROBLEMAS COMPORTAMENTAIS E DE RISCO EM CRIANÇAS E JOVENS, EM CASAS DE ACOLHIMENTO .....	37
3.1. Problemas de comportamento e Comportamentos de risco.....	37
3.2. Relatório C.A.S.A. ....	39
3.3. A Lei Titular Educativa e o Regime Penal aplicável a Jovens delinquentes .....	42
<i>Parte II – Enquadramento Metodológico .....</i>	<i>45</i>
CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....	46
1.1. Procedimento Metodológico.....	46
1.1.1. Pesquisa Bibliográfica.....	47
1.1.2. Método Qualitativo .....	47
1.2. Técnicas de recolha de dados .....	49

1.2.1. Observação Participante.....	49
1.2.2. Inquéritos por Entrevista.....	50
1.3. Objetivos da Investigação.....	51
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	53
2.1. Princípios Éticos na Investigação .....	53
2.1.1. Protocolo de Colaboração.....	54
2.1.2. Consentimento Informado.....	55
2.2. A entrada no Meio de estudo .....	55
2.3. Caracterização do Contexto e Amostra .....	56
2.3.1. Lar da Santa Cruz.....	57
2.3.2. Casa do Vale.....	58
<i>Parte III – Estudo Empírico.....</i>	<i>60</i>
CAPÍTULO I – RESULTADOS .....	61
1.1. Registo das Observações Participantes.....	61
1.2. Registo das Entrevistas Individuais .....	64
CAPÍTULO II – ANÁLISE DE CONTEÚDO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS .....	67
2.1. Introdução à Análise de Conteúdo.....	67
2.2. Representações das Crianças e Jovens .....	68
2.2.1. Motivos e Causas da Medida de acolhimento residencial .....	68
2.2.2. A representação da Casa de Acolhimento: “Onde vivo” .....	72
2.2.3. A representação dos Comportamentos .....	75
2.2.4. Expetativas em relação ao Futuro .....	83
2.2. Relação do Significado atribuído à Casa de acolhimento com os Comportamentos das crianças e jovens.....	86
CAPÍTULO III – CONCLUSÃO.....	92
PERSPETIVAS FUTURAS .....	XCVII
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	XCVIII
<i>ANEXOS.....</i>	<i>CV</i>

## **LISTA DE SIGLAS**

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CARE – Casa de acolhimento residencial especializado

CAT – Casa de acolhimento temporário

CASA – Caraterização Anual da Situação de Acolhimento

CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRP – Constituição da República Portuguesa

LIJ – Lar de infância e juventude

LIJE – Lar de infância e juventude especializado

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LTE – Lei Tutelar Educativa

MP – Ministério Público

ONU – Organização das Nações Unidas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância



## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1. Idade das Crianças e Jovens participantes, do género feminino .....	58
Tabela 2. Idade das Crianças e Jovens participantes, do género masculino ....	59
Tabela 3. Observações Participantes no Lar da Santa Cruz .....	62
Tabela 4. Observações Participantes na Casa do Vale .....	63
Tabela 5. Entrevistas Lar da Santa Cruz .....	65
Tabela 6. Entrevistas Casa do Vale .....	66
Tabela 7. Caraterização dos Problemas Comportamentais e Comportamentos de Risco da Amostra, em Estudo.....	88

## INTRODUÇÃO

A família é a formação inicial das crianças e quando essa responsabilidade falha, esta lacuna é colmatada pelos apoios sociais vigentes, chegando por vezes à separação das suas crianças.

As crianças e os jovens, ao abrigo de medidas de promoção e de proteção como a medida de Acolhimento Residencial veem a sua família a ser modificada e o seu lar a ser substituído por uma Casa de Acolhimento. A Casa de Acolhimento passa assim a constituir o agente socializador da criança e transmitir um conjunto de valores e crenças, para a sua construção individual e social (Simões Prata, 2013).

Os Relatórios de Caracterização da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens, desde 2011, apresentam e identificam uma diversidade de problemáticas associadas às crianças e jovens acolhidos e sob proteção do Estado. As crianças e jovens apresentam problemas de comportamento, que segundo os relatórios CASA *"pressupõem a existência de um padrão persistente de comportamentos em que são violados os direitos básicos de terceiros ou importantes normas sociais próprias da idade do sujeito"* (Instituto da Segurança Social, 2016).

A apresentação desta problemática incita o seu estudo de forma a compreender e a analisar os Problemas Comportamentais e os Comportamentos de Riscos presentes nos residentes das casas de acolhimento, em Portugal, para tal, esta investigação tem como objetivo principal analisar as narrativas das crianças e jovens sob medida de acolhimento residencial de forma a compreender as representações e o significado, que as crianças e os jovens atribuem à sua Casa de Acolhimento, de modo a relacionar este significado atribuído com os seus comportamentos, procurando dessa forma aprimorar as abordagens e procedimentos profissionais daqueles que atuam com as crianças e os jovens acolhidos.

A preocupação em estudar a presente proposta de investigação a partir das narrativas da criança e do jovem remete-nos para o pressuposto de que as crianças são atores sociais e sujeitos plenos de direitos e assim precisam de ser

inseridas nas produções de conhecimento sobre si mesmos. A investigação foi desenvolvida a partir do estudo de duas Casas de Acolhimento, no distrito do Porto, o Lar da Santa Cruz que acolhe crianças e jovens do género feminino e a Casa do Vale que acolhe crianças e jovens do género masculino.

As crianças e os jovens constituem um grupo social permanente na sociedade e assume um relacionamento com outros indivíduos, o que é necessário melhorar a compreensão acerca das suas vivências, representações e condutas para um melhor funcionamento da ordem social infantil.

O tema presente na dissertação é abordado neste trabalho em três partes.

A Parte I inicia o enquadramento teórico realizando uma breve revisão acerca dos conceitos necessários para a compreensão da problemática em estudo, onde se consta uma realidade complexa e multifacetada, constituída por uma multiplicidade de temas e práticas. A primeira parte é composta por três capítulos, que retratam os enquadramentos legais necessários, caracterizam as causas da medida de acolhimento residencial, tal como as suas consequências a curto e a longo prazo, na vida da criança e do jovem, referencia o processo de acolhimento residencial e as suas entidades responsáveis e termina com a caracterização e identificação dos problemas comportamentais e comportamentos de risco retratados, nas crianças e jovens acolhidos.

A Parte II apresenta os princípios teórico-metodológicos e os procedimentos metodológicos, relevando as dinâmicas envolvidas no trabalho de campo com as crianças e jovens, que exigiram uma reflexão contante ao longo de todo o processo de recolha de informação, a fim de respeitar a individualidade de cada participante e o seu papel como ator social e sujeito pleno de direitos. Na presente investigação foi utilizado o método de Estudo de Caso, por ser uma abordagem metodológica adequada quando procuramos estudar acontecimentos e contextos particulares e específicos. Os dois Capítulos que constituem a segunda parte remete-nos para o caminho da investigação, onde se descreve o contexto das Casas de Acolhimento onde o presente estudo foi realizado, além de caracterizar o contexto e os seus participantes. Nesta parte aborda-se ainda, os objetivos da investigação, os princípios éticos e a entrada no meio de estudo.

A Parte III representa o estudo empírico que abrange a apresentação dos resultados da informação e dos dados da investigação, procurando analisar e compreender os contornos da vida das crianças e jovens sob medida de acolhimento residencial. O material foi recolhido através da Observação Participante e de Inquéritos por Entrevista, o qual deu origem a subcapítulos, onde se analisa as diferentes variáveis identificadas nas narrativas das crianças e dos jovens presentes no estudo: os motivos e causas da medida de acolhimento residencial; as representações e os significados atribuídos à Casa de Acolhimento, os Comportamentos e as Condutas das crianças e jovens acolhidos e as suas expectativas em relação ao seu futuro.

As Casas de Acolhimento são responsáveis por zelar pela proteção e promoção dos direitos das criança e dos jovens, de forma a proporcionar-lhes um desenvolvimento físico e emocional saudável. As crianças e jovens acolhidos viram e sentiram os seus direitos violados, o que é necessário ter um ponto de vista moral e ético adequado à sua abordagem, permitindo sempre a construção da felicidade e da cidadania a estes sujeitos de direitos.

Com a presente investigação, espera-se que o conhecimento da realidade estudada, a partir das narrativas e representações das crianças e dos jovens acerca do processo de acolhimento residencial em que se encontram inseridas, possibilite um olhar por estes atores sociais e evite a generalização das respostas face ao acolhimento residencial, considerando as diversas singularidades e necessidades de cada criança e jovem.

## **Parte I – Enquadramento Teórico**

## **Capítulo I – Crianças e Jovens em Perigo**

### **1.1. O conceito de Crianças e Jovens**

O conceito e estatuto na sociedade, das crianças e dos jovens têm vindo a ser modificados, ao longo da história. As representações do grupo social infantil tem vindo a adquirir direitos e práticas específicas, no seu enquadramento social e individual permitindo um melhor desenvolvimento emocional, social e físico das crianças e dos jovens (Ferreira, 2013).

O artigo 1.º da Parte I, da Convenção dos Direitos da Criança define a criança como “ [...] todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”, ou seja, de acordo com a legislação de cada país o conceito de criança pode alterar (UNICEF, 2004). A lei portuguesa condiz com a noção definida, pela Convenção dos Direitos da Criança já que considera um menor, “quem não tiver ainda completado 18 anos de idade”, segundo o artigo 122.º do Código Civil Português (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, sem data-b; Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro, 1966).

O grupo social infantil consiste em seres humanos não iguais a adultos, contudo com direitos, uma vez que serão, futuramente, os adultos e cidadãos da sociedade. Contudo, o conceito de infância não é apenas, segundo Casas (2006) um intervalo de idades mas sim etapas evolutivas, juntamente, com faixas etárias, no seu conjunto. As representações sociais acerca da infância permitem “compreender as relações e interações [...] que são estabelecidas em cada sociedade com o subconjunto de população, que designamos de infância”.

A circunstância sociocultural da criança está dependente por múltiplas variáveis desde as estruturais às psicossociais (ações, representações, perceções, ideologias e valores) que os adultos fazem face à população infantil.

Casas (2006) apresenta três dimensões necessárias para a construção da imagem de Infância: “relações e dinâmicas intrafamiliares”, inter-relações da sociedade face à infância e por último as representações e valores transmitidos pelos meios de comunicação social, para a população infantil (Casas, 2006).

Todavia, é necessário segundo Frota (2007) entender-se a criança e a sua realidade a partir do seu próprio ponto de vista. A infância tem que ser compreendida como um modo específico e singular de cada criança, segundo as suas vivências e valores e não a uma generalização vivida, por todas (Frota, 2007). A infância é uma categoria social compreendida num período crucial na vida do ser humano, uma vez que a sociedade depende daquilo que se foi enquanto criança, para o seu desenvolvimento futuro (Ferreira, 2013).

A sociedade teve a necessidade de criar um conceito entre o período da infância e o início da idade adulta, ao qual designou Juventude, que de acordo com a Organização das Nações Unidas, este período varia desde os 10 até aos 23 ou 24 anos. No entanto, esta classificação depende de diversos aspetos, como a maturidade física, psíquica, a formação académica e as relações socioculturais, tal como a independência económica, do indivíduo. O conceito de jovem, tal como todos os outros, depende de critérios culturais da comunidade a que pertence (Conceitos, 2014).

O período da juventude pode por vezes ser confundido com a adolescência, uma vez que estes conceitos traduzem um intervalo de tempo onde ocorre diversas mudanças físicas, cognitivas e sociais, que determinam o perfil do futuro adulto. Todavia a adolescência é uma fase de desenvolvimento humano, compreendida entre a infância e a idade adulta, enquanto a juventude compreende também parte do início da idade adulta, uma vez que se estende para além dos 18 ou 19 anos, onde normalmente, a adolescência se dá como concluída, após a consolidação do crescimento e personalidade (Frota, 2007). Os limites cronológicos da adolescência são delimitados, pela Organização Mundial de Saúde, entre os 10 e os 19 anos, enquanto o termo de jovens adultos engloba a faixa etária dos 20 aos 24 anos de idade, aplicando-se excecionalmente normas legislativas dos 16 aos 21 anos. No entanto, a nível legal o conceito de maioridade é estabelecido a partir dos 18 anos (Eisenstein, 2005).

Segundo o artigo 5.º, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, criança ou jovem é “a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18

anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional” (Assembleia da República, 1999a).

A Constituição da República Portuguesa – CRP determina que os jovens têm uma proteção especial devido aos seus direitos económicos, sociais e culturais, através da adoção da política de juventude que tem como objetivos primordiais o “desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade”, de acordo com o artigo 70.º (Juventude) (Assembleia da República, 2005).

A formação da identidade das crianças e dos jovens depende das condições familiares, históricas, económicas e socioculturais, incluindo também o seu contexto escolar. Estas dinâmicas influenciam o seu desenvolvimento, de forma a precipitar ou a atrasar o seu crescimento, dessa forma é necessário o seu estudo e compreensão (Teixeira Camacho, 2012).

## **1.2. A Criança como Sujeito de Direitos**

Atualmente, a Criança é considerada um titular de direitos humanos, tal como qualquer outro ser, inviolável na sua dignidade. Os direitos humanos da criança são gerais, reconhecidos e resultantes da sua própria condição, pois é um ser em desenvolvimento, com fases específicas que exigem cuidados, respeito, afeto, educação e promoção, para que possa atingir a autonomia pessoal, familiar e comunitária. Contudo, devido à sua incapacidade de exercício de cidadania plena, estes deveres são reproduzidos pelos seus pais, tutor ou representante legal, que visam promover o *superior interesse da criança*. A criança tem direito à palavra e à participação, de acordo com a sua idade e grau de maturidade, dependendo das suas características específicas de desenvolvimento (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, sem data-a).

Até ao século XX, a criança era vista como um ser carente de proteção, mas não como sujeito de direitos, só com a Declaração de Genebra (adotada e proclamada pela Sociedade das Nações Unidas fundada pelas potências



vencedoras da I Guerra Mundial, em 1919), em 1924, se assiste ao verdadeiro interesse e preocupação internacional em assegurar e garantir os direitos da criança.(César, sem data; Ferreira, 2013).

As diversas contribuições científicas multidisciplinares e culturais, como a biologia, a medicina, as neurociências, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a pedagogia, a história e o direito proporcionaram à criança, após a segunda guerra mundial, o seu reconhecimento como sujeito de direitos. Os progressos científicos revelaram que o desenvolvimento da criança tem “[...] necessidades específicas e extraordinárias capacidades de interação” . Consequentemente, a Organização das Nações Unidas – ONU criou a Fundação das Nações Unidas para a Infância, em 1946, que passou a designar-se Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, a partir de 1946, que tem como função trabalhar com os governos nacionais e organizações locais em programas de desenvolvimento de diversos setores, a fim de apoiar e promover os direitos das crianças. A UNICEF rege-se pela Convenção sobre os direitos da Criança, trabalhando no sentido a converter esses direitos em princípios éticos e em códigos de conduta internacionais (César, sem data; Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, sem data-a; UNICEF, sem data).

As expressões mais significativas da afirmação da criança como sujeito de direitos verificam-se na Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia-geral das Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1959 e a Convenção dos Direitos da Criança aprovada pela ONU, em 1989 e ratificada por Portugal, a 19 de Setembro de 1990, sendo desse modo aplicável na ordem jurídica portuguesa.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de Dezembro de 1948, também proclamou o direito e a assistência especial, na infância, de acordo com o número 2, do artigo 25.º, que promove o desenvolvimento equilibrado e necessário a uma criança depende do ambiente familiar onde esta está inserida, proporcionando-lhe um clima de felicidade, amor e compreensão de modo a promover e a proteger a sua dignidade, liberdade, igualdade e solidariedade (Assembleia da República, 1990; Declaração universal dos direitos do Homem,

1948). As crianças pertencem à vida privada de cada família e apenas deve ocorrer intervenção pública, em casos extremos, como maus-tratos, abusos sexuais e negligência (Casas, 2006). Contudo, em todos os países do Mundo existem crianças e jovens que vivenciam experiências difíceis, sendo assim importante assegurar uma atenção especial a essas crianças, uma vez que essas situações compromete o seu desenvolvimento. Sendo necessário adaptar a intervenção de acordo com as tradições e valores de cada sociedade, onde a criança está inserida (Assembleia da República, 1990; Declaração universal dos direitos do Homem, 1948).

A Convenção dos Direitos da Criança e a eventual Declaração sobre os Direitos da Criança foi concebida tendo em vista a necessidade de garantir a proteção e promoção dos cuidados às crianças, nomeadamente a proteção jurídica antes e depois do seu nascimento, pois a imaturidade física e psíquica da criança não lhe permite a sua autonomia e independência adequadas, para o seu desenvolvimento. Esta convenção é dividida em 3 partes, composta por 54 artigos, precedida de um preâmbulo, que define o conceito de criança e estabelece parâmetros e orientações de atuação política, para o desenvolvimento individual e social saudável, na infância, e ainda subdividida em quatro grupos de direitos: direito à sobrevivência, direitos relativos ao desenvolvimento, direitos relativos à proteção e o direito de participação (Ferreira, 2013; Júnior & Ferreira, sem data).

O crescimento físico, mental, espiritual, moral e social da criança é suportado pela unidade familiar, que tem uma elevada importância no desenvolvimento infantil, pois os pais ou as pessoas responsáveis pela criança têm o dever de proporcionar as condições de vida necessárias ao seu desenvolvimento, de acordo com as suas possibilidades e meios financeiros, segundo o artigo 27.º da Convenção sobre os direitos da criança. Por sua vez, o Estado, em concordância com a legislação nacional vigente, tem o dever de tomar medidas, a fim de auxiliar os pais ou responsáveis legais a tornar efetivo este direito da criança, proporcionando assistência material e programas de apoio, principalmente no que diz respeito à nutrição, vestuário e habitação (Assembleia da República,

1990). Outros dos princípios presentes (artigo 24.º, 26.º e 27.º) refere-se ao direito à saúde, assistência médica, segurança social e alimentação, para a criança e a sua mãe, pois ambos têm o direito de cuidados especiais pré e pós-natal, de forma a proporcionar-lhes uma boa saúde (Ferreira, 2013).

A Declaração dos direitos da criança atribui também à criança o direito a uma educação gratuita e obrigatória pelo menos ao nível elementar, que contribua para a sua cultura geral e lhe permita desenvolver opiniões pessoais, sentido de responsabilidade moral e social e de se tornar um membro útil à sociedade. A criança deve ser protegida contra o abandono, de todas as formas de negligência, crueldade ou exploração, pois não deve trabalhar antes da idade mínima apropriada (artigo 32.º) e não ser objeto de nenhum género de tráfico (artigo 35.º). A criança física e mentalmente diminuída, ou socialmente desfavorecida deve receber tratamento, educação e cuidados especiais que a situação exige. Para além da Convenção por parte de Estados membros, o Conselho da Europa adotou a Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos da Criança, em 1996, à qual Portugal assinou a 6 de Março de 1997. A Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos da Criança contem um conjunto de medidas processuais, que permitem às crianças fazer valer os seus direitos e garanti-lhes a sua participação em todos os procedimentos, que as afetam (César, sem data).

Segundo a Convenção dos Direitos da Criança, esta tem o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre questões que lhe digam respeito e de essa opinião ser considerada, de acordo com a sua idade e maturidade, para além de ter o direito de exprimir os seus pontos de vista, é assegurado à criança a sua participação nos processos judiciais e administrativos que a envolvam (artigo 12.º) e de obter informações, desenvolver ideias e informações sob qualquer meio, sem consideração de fronteiras (artigo 13.º). Neste documento, outros princípios subjacentes referem-se ao direito à proteção da vida privada: a criança tem o direito de ser protegida contra intromissões na sua vida privada, na sua família, residência, correspondência e contra ofensas à sua honra e reputação (artigo 16.º) (César, sem data; UNICEF, 2004). No artigo 7.º é ainda salvaguardado, o direito de conhecer os seus progenitores e ser educada pelos

mesmos, contudo se o seu interesse superior for colocado em causa, nomeadamente em situações de perigo e risco, para a sua integridade física e moral, a criança deve ser separada dos seus pais, de forma a proporcionar o seu bem-estar (artigo 9.º). Este direito é também expresso em diversos artigos (10.º; 18.º, 20.º; 21.º e 27.º), que fazem alusão à manutenção das relações familiares, quando ocorre a separação da criança dos seus pais, ou a garantia de adoção da criança de forma a assegurar o seu interesse superior. Por sua vez, os artigos 3.º, 18.º e 20.º asseguram o encargo do Estado em proteger as crianças privadas do seu ambiente natural, estabelecendo os cuidados alternativos e adequados em instituições, instalações ou em serviços de assistência à infância, quando os seus progenitores ou representantes legais não asseguram os direitos da criança ou de acordo com o artigo 19.º ocorra "[...] violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente; maus tratos ou exploração, incluindo violência sexual [...]". O Estado tem o dever de tomar as medidas para promover a recuperação física e psicológica e a reinserção social da criança vítima, num ambiente que favoreça a saúde e a dignidade da criança (artigo 39.º) (Ferreira, 2013; UNICEF, 2004).

A Convenção sobre os Direitos da Criança, tal como a Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos da Criança representam um passo para o desenvolvimento da humanidade, assim como a inscrição dos direitos fundamentais na Constituição da República Portuguesa, a Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e a Lei Tutelar Educativa representam um avanço do sistema jurídico nacional.

### **1.3. Enquadramento Legal de Crianças e Jovens em Perigo, de Portugal**

Os diplomas mais importantes da legislação portuguesa, para além da Convenção sobre os Direitos da Criança são a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo – Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 23/2017, de 23 de Maio e a Lei Tutelar Educativa – Lei n.º 166/99, 14 de Setembro, alterada pela Lei n.º 04/2015, de 15 de Janeiro.

A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo - LPCJP visa a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem, de forma a garantir o seu bem-estar e o seu desenvolvimento integral, através duma intervenção centrada no interesse superior da criança, a qual tem lugar, quando os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto coloque em perigo a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento (artigo 3.º) (César, sem data). Neste sentido, o Estado tem como função e dever de salvaguardar os interesses e direitos das crianças e jovens.

De acordo, com Celso Manata (2008), o legislador utiliza conceitos vagos e indeterminados, como "*superior interesse da criança*" como solução possível perante a impossibilidade de prever todas as situações a que se pretende reportar. Embora, não se tenha a resposta precisa, estes conceitos dão ao julgador o enquadramento adequado e necessário, para a análise dos factos e consequentemente, a correta interpretação e aplicação do Direito. O recurso a esta técnica legislativa de conceitos jurídicos indeterminados e das cláusulas gerais é uma das características do Direito de Família e Menores, que trata frequentemente, questões com diversas soluções (Manata, 2008). Todavia, segundo a Legislação, a criança e o jovem encontram-se em perigo quando se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;*
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;*
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;*
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;*
- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;*
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;*

*g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação, ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.” (Assembleia da República, 1999a)*

A intervenção do Estado é planificada, coordenada e avaliada pela ação dos organismos públicos e entidades competentes na área da infância e juventude, como o Tribunal e a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens - CNPCJR, que tem as suas ações e composição reguladas pelo Decreto-lei n.º 159/2015, de 10 de Agosto (César, sem data).

O Sistema de Promoção e Proteção organiza-se numa estrutura piramidal, com aptidão para a promoção e proteção das crianças e jovens. Em primeiro lugar encontra-se as entidades com competência em matéria de infância e juventude (artigo 7.º) e apenas ocorre intervenção por parte das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, quando não é possível às entidades referidas, anteriormente (artigo 8.º) com a atuação, em último recurso dos Tribunais (artigo 11.º) (Assembleia da República, 1999a; Pereira Quintãns, 2009). Nas situações tuteladas pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e de acordo com o artigo 69.º da C.R.P., compete ao Estado garantir o bem-estar e desenvolvimento da criança, uma vez que esta se encontra em perigo e carenciada de apoio dos seus progenitores ou responsável pela sua proteção, encontrando-se num sofrimento inaceitável ou se prevê um mau prognóstico face ao seu futuro.

A intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem é subordinada por onze princípios orientadores: a) interesse superior da criança; b) privacidade; c) intervenção precoce; d) intervenção mínima; e) proporcionalidade e atualidade; f) responsabilidade parental; g) continuidade das relações psicológicas; h) prevalência da família; i) obrigatoriedade da informação; j) audição obrigatória e participação e k) subsidiariedade (Pereira Quintãns, 2009). O Decreto-lei supra mencionado aborda ainda as diversas Medidas de promoção dos direitos e de proteção (artigo 35.º) que têm como objetivo afastar

a criança ou o jovem do perigo em que se encontra, proporcionando-lhe condições, que protegem e promovem a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento e também garantir-lhe a recuperação física e psicológica das vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso, segundo o artigo 34.º da LPCJP (Assembleia da República, 1999a; Ferreira, 2013).

As medidas aplicáveis pelas Comissões de Proteção e pelos Tribunais consistem em: a) apoio junto dos pais; b) apoio junto de outro familiar; c) confiança a pessoa idónea; d) apoio para a autonomia de vida; e) acolhimento familiar, f) acolhimento residencial e g) confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção. Em último recurso, a medida a ser aplicada, pela CPCJ e pelos Tribunais é a referente à medida de acolhimento residencial (artigo 50.º), que consiste na retirada da criança à família com a sua colocação num casa de acolhimento, que obedeça a modelos de intervenção socioeducativos adequados. Também a medida de Confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção, exclusiva da competência dos tribunais (artigo 38.º) é uma das medidas a serem aplicadas em última instância, uma vez que retira a criança ou jovem do seu meio natural de vida (Assembleia da República, 1999a). As medidas são mencionadas pela respetiva ordem de preferência, preferindo-se as medidas a executar em meio natural de vida (a); b); c) e d)), sobre as medidas executadas em regime de colocação (e); f) e g)) (Pereira Quintãns, 2009).

O Ministério Público acompanha e intervém na promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens, nos termos da lei, junto das Comissões de proteção, uma vez que tem que apreciar a legalidade, adequação das decisões, a fiscalização da atividade processual e a promoção dos procedimentos judiciais, tal como ainda representa a criança e jovem em perigo, em providências tutelares cíveis e em meios judiciais necessários à promoção e defesa dos seus direitos e à sua proteção (artigo 72.º).

Os conteúdos, tal como as condições, acompanhamento da execução, a duração e revisão da medida são previstos e regulados, conforme os artigos 59.º, 60.º, 61.º e 62.º da LPCJR (Assembleia da República, 1999a). Contudo, existe um conjunto de diplomas complementares à promoção e proteção de crianças como o Regime de Execução do Acolhimento Familiar – Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de Janeiro e o Regime de Execução das Medidas de Promoção dos Direitos e de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo – Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de Janeiro, alterada pelo Decreto-lei n.º 63/2010, de 09 de Junho (César, sem data).

#### **1.4. A Criança vítima de Violência**

A violência exercida contra a criança é notória, desde a antiguidade até aos nossos dias. O infanticídio foi socialmente, aceite nas diferentes culturas ocidentais e orientais, sendo praticado em toda a Europa, até ao século XIX. Durante séculos, a criança foi vítima de abandono, vendida como escrava, explorada sexual e laboralmente e obrigada à mendicidade, pois a criança é um elemento de maior vulnerabilidade e constitui um alvo fácil e frequente da violência doméstica, abuso e exploração.

Na sociedade contemporânea, os direitos, as condições e os requisitos necessários ao desenvolvimento das capacidades da criança são reconhecidos, após uma evolução científica, que modificaram a postura e as atitudes face às crianças e aos jovens (Canha, 2008). Os maus tratos contra crianças e jovens, segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV (2011) consistem em “qualquer ação ou omissão não accidental executada pelos pais, cuidadores ou representantes legais, que ameace a sua segurança, dignidade e desenvolvimento biopsicossocial e afetivo”. As diferentes formas de mau trato atentam contra os direitos e as necessidades fundamentais das crianças e dos jovens, colocam em causa o crescimento e desenvolvimento pleno das suas competências físicas, cognitivas, psicológicas e sócio-emocionais (APAV - Associação portuguesa de apoio à vítima, 2011).



O conceito de mau trato representa não só um juízo neutro, técnico ou profissional, como implica também um juízo de valor, associado a um comportamento ou a uma situação classificados como socialmente desajustados, porque violam normas sociais ou padrões de comportamento dos seus grupos dominantes. Este conceito tem uma natureza classificatória e tem que ser enquadrado pelas relações de poder e de domínio entre grupos, no espaço social (Nunes de Almeida, André, & Nunes de Almeida, 1999). O mau trato exercido sobre a criança tem um caráter recorrente e progressivo, o que quer dizer que se repete sucessivamente, atingindo proporções e provocando lesões cada vez mais graves, que podem levar à morte (Canha, 2008). De acordo com Barroso (n.d.), os maus tratos ocorrem em todos os géneros familiares, desde as famílias socioeconómicas mais desfavorecidas às famílias mais ricas, não existindo nenhum tipo de família imune a fenómenos de abuso ou negligência infantil. O mau trato surge, por vezes nas famílias menos suspeitas, uma vez que a exclusão social é associada ao défice de condições económicas. As famílias que apresentam estas características, estão mais propensas a serem denunciadas, pois encontram-se mais expostas ao olhar da sociedade, que privilegia o que é diferente e se afasta da norma, não prestando maior atenção às famílias “protegidas”, que contudo, de acordo com a autora são as principais geradoras do abuso psicológico (Barroso, sem data). As classes populares que fazem uso dos serviços públicos, como a educação e a saúde, por exemplo, fazem com que o seu núcleo familiar se exponha aos olhares dos outros, contrariamente às classes privilegiadas que recorrem aos serviços privados. Este contraste e diferença, produto da desigualdade social é de acordo com Nunes de Almeida, André e Nunes de Almeida um dado fundamental a ter em consideração quando interpretamos modalidades como o abuso ou a negligência (Nunes de Almeida et al., 1999).

#### *1.4.1. Caracterização das formas de mau trato*

As diferentes formas de mau trato contra crianças e jovens ocorrem, frequentemente, e em simultâneo o que dificulta a capacidade de isolar e parcelar

o género de mau trato, em cada uma das suas formas específicas. No entanto, podemos organizar os maus tratos infantis em dois grupos centrais:

Os Maus tratos ativos caracterizados por determinados comportamentos opostos ou conflitantes com as necessidades fundamentais da criança;

*a) Maus tratos psicológicos e emocionais* (APAV - Associação portuguesa de apoio à vítima, 2011)

O mau trato psicológico e emocional resulta da incapacidade de proporcionar um ambiente tranquilo e de bem-estar à criança, existindo recriminações, humilhações verbais frequentes, situações de violência e conflito familiar que origina um clima de terror e medo (Canha, 2008; Direção-geral da Saúde, 2011).

*b) Maus tratos físicos*

Os maus tratos físicos são característicos pela criança abandonada, ferimentos, equimoses, contusões, escoriações, lacerações, hematomas, queimaduras, fraturas, traumatismo crânio-encefálicos, sufocação, afogamento e intoxicações, ou seja são ações com recurso ao uso da força, não acidentais, infligidas por pais ou cuidadores com responsabilidades face à criança, que provoque ou possa vir a provocar dano físico, como lesões orgânicas. Esta relação de força baseia-se no poder e desigualdade entre o adulto e a criança (APAV - Associação portuguesa de apoio à vítima, 2011; Barroso, sem data; Canha, 2008; Direção-geral da Saúde, 2011).

*c) Síndrome de Munchausen por procuração*

O Síndrome de Munchausen por procuração consiste numa forma específica de mau trato físico caracterizado pela simulação de sinais e sintomas por parte dos familiares ou cuidador da criança, com o intuito de convencer os profissionais de saúde da existência de doenças, gerando internamentos hospitalares e diagnósticos exaustivos.

*d) Violência Sexual*

A violência sexual implica o envolvimento da criança ou adolescente em atividades que visam a satisfação e gratificação sexual de alguém mais velho. Nesta definição estão influídas o exibicionismo, fotografia ou filmes pornográficos, contato com órgãos sexuais, penetração anal, oral ou vaginal ou

práticas sexuais aberrantes, tal como o uso da criança ou jovem para prostituição (APAV - Associação portuguesa de apoio à vítima, 2011; Canha, 2008; Direção-geral da Saúde, 2011).

*e) Exposição à violência interparental*

A exposição à violência interparental é uma forma indireta de vitimação caracterizada pelo testemunho, por parte da criança, da violência e conflito interparental, que por vezes é associada à vitimação direta por parte do agressor. Esta forma pode causar mal-estar físico, psicológico, emocional e comportamental.

Por sua vez, o segundo grupo de organização dos Maus tratos infantis é constituído pelos Maus tratos passivos, que são caracterizados pela omissão ou distração por parte dos progenitores ou representante legal perante as necessidades fundamentais da criança ou jovem (APAV - Associação portuguesa de apoio à vítima, 2011).

*a) Negligência psicológica e emocional*

*b) Negligência física*

A negligência é um tipo de violência onde o agressor é passivo e a agressão ocorre justamente pela falta de ação, consistindo na falta de capacidade de proporcionar à criança a satisfação das suas necessidades físicas e emocionais, colocando em causa o desenvolvimento e o crescimento saudável (Barroso, sem data; Canha, 2008; Direção-geral da Saúde, 2011).

*c) Failure to thrive*

É uma forma específica de negligência física que consiste na incapacidade da criança atingir os objetivos de estatura e peso expetáveis, para a sua faixa etária.

Todavia existem outras formas de mau trato como:

*a) Tráfico de crianças e jovens para fins de exploração*

O tráfico infantil é uma atividade criminosa organizada que consiste na deslocação de crianças e jovens, por rapto, sequestro, violência, abuso de autoridade, para compra ou venda, com vista à sua exploração sexual ou por trabalho.

#### *b) Trabalho infantil*

A atribuição e execução de trabalhos ou tarefas pela criança, para benefícios económicos, para terceira pessoa, que excedam os limites do habitual e deveriam ser executados por um adulto e que interferem nas atividades e necessidades da criança consiste em trabalho infantil.

#### *c) Mendicidade*

A mendicidade é caracterizada pela utilização ou exploração da criança em atos ou atividades com vista à obtenção de recompensa ou benefício económico (APAV - Associação portuguesa de apoio à vítima, 2011).

#### *d) Abandono*

Por sua vez, o abandono inclui as crianças abandonadas em maternidades, hospitais ou outras instituições ou as crianças fechadas em casa ou deixadas na rua, sem providência de alimentação, segurança, proteção e vigilância (APAV - Associação portuguesa de apoio à vítima, 2011; Canha, 2008).

A natureza privada da vida familiar introduz e acrescenta dificuldades metodológicas ao estudo e à identificação do mau trato, uma vez que a privatização dos comportamentos familiares resguarda a relação dos seus elementos familiares com a criança, ocultando a sua qualidade pública e encara a criança como propriedade exclusiva dos pais (Nunes de Almeida et al., 1999). As situações de mau trato em contexto intra-familiar, ou seja em espaço doméstico tendem a assumir formas diversificadas sendo comum as situações que coexistem múltiplas formas de mau trato. As dinâmicas inerentes ao mau trato em contexto intra-familiar assumem especial gravidade e dano para o desenvolvimento e crescimento da criança pelo facto da violência sobre ela evoluir tanto a nível de gravidade dos atos, como da sua frequência. As características deste espaço de vitimação dificultam a sinalização e atuação dos profissionais, atempadamente, neste tipo de violência, tal como a dependência económica, emocional e os laços de afeto e vinculação que a vítima nutre pela pessoa que a agride e maltrata. Estas características favorecem a continuação da violência contra a criança e ocultam a revelação da experiência de vitimação

vivida. Contudo, os maus tratos não se resumem à violência exercida em meio familiar e doméstico, existem outras entidades e pessoas fora do contexto familiar que operam, ao nível de prestação de cuidados e da socialização de crianças e jovens, que podem praticar diferentes formas de maus trato, ou seja a violência exercida em contextos extra-familiares é realizada por pessoas que interagem e exercem funções profissionais com as crianças, como por exemplo em infantários, estabelecimentos de ensino, casas de acolhimento, centros de ocupação de tempos livres, entre outros (APAV - Associação portuguesa de apoio à vítima, 2011).

#### *1.4.2. Consequências a curto e a longo prazo*

Os Maus Tratos na infância são um problema social e universal que exercem um impacto negativo sobre as crianças, não só durante a sua infância, mas durante todo o seu trajeto de vida. Os danos físicos e emocionais que acompanham os atos abusivos e negligentes podem resultar em efeitos prejudiciais e de longo-prazo, para a criança.

Toth (2004) evidencia que as crianças que sofrem de maus tratos, nos primeiros cinco anos de vida podem sofrer consequências, particularmente, graves, uma vez que nos primeiros anos de vida ocorre um maior crescimento neurobiológico e psicológico, comparativamente, aos anos subsequentes (Toth & Cicchetti, 2004). As investigações realizadas indicam-nos que os abusos e a negligência de menores levam a consequências físicas, psicológicas, sociais e de comportamento, que são impossíveis de separar, uma vez que se complementam entre elas, pois as consequências físicas, como por exemplo lesões cerebrais podem levar uma criança a ter implicações psicológicas, como o atraso cognitivo ou dificuldades emocionais. Os problemas psicológicos, frequentemente se manifestam através de comportamentos de risco. Por sua vez a depressão e a ansiedade podem fazer com que a pessoa seja mais propensa a fumar tabaco, a abusar do álcool ou de drogas ou mesmo comer, em excesso. Estes comportamentos de risco podem causar problemas de saúde a longo-prazo.

Nem todas as crianças que tenham sido vitimizadas expressão consequências, porém podem ser mais suscetíveis às mesmas. A capacidade de ultrapassar uma experiência negativa é conjugada através de fatores de risco e de proteção, ou seja, estes fatores podem causar uma reação positiva ou negativa de uma criança na forma de ultrapassar as experiências adversas. Os fatores de proteção e de apoio, como por exemplo os vínculos positivos, numa família ou de uma comunidade contribuem para o desenvolvimento positivo da criança abusada ou descuidada. Contudo, os efeitos dependem das circunstâncias do mau trato ou da negligência, tal como das características individuais da criança. As consequências podem ser a curto-prazo, como podem durar toda a vida afetando as crianças de diversas formas.

Os impactos dos maus tratos infantis podem ter consequências a nível:

- Físico

Os efeitos físicos podem ser temporários ou representarem sequelas para o resto da vida. O que representa dor e sofrimento na criança. O *Traumatismo crânio-encefálico* é uma das causas mais comum, de morte para os bebés e compromete o desenvolvimento cerebral, durante a infância e o crescimento e desenvolvimento das crianças mal tratadas. Por exemplo, os maus tratos na infância podem causar um atraso de desenvolvimento em algumas regiões cerebrais – *desenvolvimento cerebral anormal*, que tem como consequências a longo-prazo para o desenvolvimento de capacidades cognitivas, de linguagem e académicas, por vezes relacionadas com transtornos de saúde mental (Child Welfare Information Gateway, 2013).

- Psicológico

O trauma causado pelo abuso ou negligência do seu cuidador principal pode levar a um impacto negativo acerca do estabelecimento de vínculos positivos interpessoais, ou seja, a criança vitimizada pode manifestar padrões de vinculação inseguros, o que dificulta a formação de relações de apego seguro com o cuidador, tal como pode a longo-prazo levar ao desenvolvimento de atrasos cognitivos. O abuso e a negligência é um fator de risco, para os

transtornos de personalidade, como a depressão e a ansiedade, afetando negativamente o desenvolvimento das habilidades de regulação emocional.

- Comportamental

Segundo a Child Welfare (2013) não são todas as vítimas de maus tratos, na infância, que experienciam problemas comportamentais, contudo estes são mais prováveis, dentro deste grupo, uma vez que estão em risco de ter problemas emocionais e sociais. As crianças vítimas têm uma maior probabilidade, de acordo com diversos estudos, de abusar de substâncias, delinquência e absentismo escolar. Tal como as vítimas de abuso sexual também têm um maior risco de violação, na idade adulta e a taxa de risco aumenta de acordo com a gravidade da sua experiência.

- Social

O mau trato infantil é uma preocupação de elevada importância para as entidades públicas, uma vez que afeta toda a sociedade (Child Welfare Information Gateway, 2013; National Survey of child and adolescent well-being, 2012; Toth & Cicchetti, 2004). O mau trato infantil é uma preocupação de elevada importância para as entidades públicas, como o sistema de saúde, os serviços sociais e as escolas, pois não afeta apenas a criança e a sua família, como toda a sociedade.

De acordo com Canha (2008), as principais sequelas do mau trato a crianças incluem assim, o atraso de crescimento e desenvolvimento, problemas cognitivos, atraso de linguagem, dificuldades de relacionamento com os seus pares e adultos, insucesso escolar, perturbações da personalidade, comportamentos sociais de risco, baixa autoestima e de expectativas pessoais e profissionais, aumento da delinquência e da criminalidade juvenil. A todos estes problemas, a convivência diária com um meio violento e conflituoso proporciona à criança adquirir modelos de vida deturpados (Canha, 2008).

## Capítulo II – Medida de Acolhimento Residencial

### 2.1. As Casas de Acolhimento

O estudo da problemática das crianças maltratadas, em Portugal, passa a ser alvo de uma maior atenção a partir dos anos 80, coexistindo desde sempre conceitos ambivalentes acerca do *educar* ou *castigar* uma criança. A mudança de conceção da Infância efetuou-se através da intervenção do Estado sobre os processos de socialização infantil.

A exposição da criança a atos de violência, negligência e abuso terminam com a intervenção das redes formais, com a colocação da criança, em casas de acolhimento, nos casos mais graves e extremos (Cansado, 2008). O *acolhimento residencial* é uma das medidas de promoção dos direitos e de proteção, que consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento e recursos humanos, que garantam os cuidados adequados às crianças e aos jovens, com a finalidade de contribuir para a criação de condições que satisfaçam as suas necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais e garantindo também os seus direitos, favorecendo dessa forma a integração da criança em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral – artigo 49.º da LPCJ (Assembleia da República, 2015). As casas de acolhimento obedecem a modelos de intervenção socioeducativos adequados e podem organizar-se por unidade generalistas, como os Lares de infância e juventude – LIJ e as Casas de acolhimento temporário – CAT ou por unidades especializadas como os Lares de infância e juventude especializados – LIJE e as Casas de acolhimento residencial especializado – CARE (Assembleia da República, 2015; Instituto da Segurança Social, 2017).

Desde a década de 90 até à atualidade, a colocação das crianças e jovens em casas de acolhimento é vista como uma alternativa, para a resolução do problema do meio desestruturado e/ou desadequado, para o desenvolvimento harmonioso da criança (Ferreira, 2013). Contudo, esta medida pode proporcionar impactos negativos nos processos de vinculação e socialização da criança e do jovem,



como referimos seguidamente. A medida de acolhimento residencial é temporária e pretende ser de caráter transitório, de forma a facultar, à criança um acesso a oportunidades. Desse modo, as casas de acolhimento devem funcionar como uma alternativa à família, tornando-se fundamentais, na vida das crianças e jovens sob medida de acolhimento residencial. O modelo de acolhimento individualizado é necessário de modo a permitir uma intervenção adequada às necessidades individuais de cada criança acolhida visando o seu superior interesse – *Projeto de vida* (Morais da Costa, 2014). O contexto das casas de acolhimento deve ser o mais semelhante ao ambiente familiar, ou seja, as práticas do seu funcionamento devem ser similares às práticas em família, como as proximidades nas relações, afetos, cuidados e com cariz mais pequeno de forma a abarcar um menor número de crianças e jovens (Ferreira, 2013).

## **2.2. Os impactos da execução da Medida de acolhimento residencial**

A convivência de crianças e jovens em casas de acolhimento tem características específicas, que segundo Silva (2004) citado em Moura Faria et al. (2008) o convívio é mais alargado do que se verifica no seio familiar e decorre entre crianças e jovens que sofreram adversidades, nas suas trajetórias de vida. Contudo, as casas de acolhimento é um meio mais fechado ao exterior, tem rotinas e normas mais rígidas e não reforça ou elogia os comportamentos dos jovens.

O nível da estrutura e organização da casa de acolhimento, ou seja a dimensão das regras, horários, atividades e as relações entre e com os profissionais e as crianças assume destaque nas consequências e impactos no processo da retirada, da criança da sua família, uma vez que provêm de contextos familiares caóticos (Alberto, 2008; Moura Faria, Barbosa Salgueiro, Ribeiro Trigo, & Marques Alberto, 2008). De acordo com Alberto (2008) existem cinco aspetos associados ao processo de execução da medida de acolhimento residencial de crianças e jovens, em risco e que podem ter implicações negativas no desenvolvimento social das mesmas:

- a. *Sentimento de punição* caracterizado pela percepção da criança de que está a ser castigada;
- b. *Diminuição ou seção da responsabilidade familiar*, ou seja, ocorre uma verificação da desqualificação gradual da família quanto ao seu papel, responsabilidade e às suas capacidades educativas e parentais levando à sua diminuição ou cessamento do contato com a criança;
- c. *Possibilidade reduzida do estabelecimento de vinculação segura*, pois as casas de acolhimento são um sistema mais amplo e coletivo comparativamente, ao sistema familiar, o que não proporciona interações frequentes entre cada adulto e criança, o que por sua vez não promove o estabelecimento de laços afetivos;
- d. *Estigmatização e discriminação social* consiste na construção de representações negativas por parte da sociedade face aos jovens acolhidos, e na construção de processos de diferenciação negativos, por parte das próprias crianças acolhidas, como a autodesvalorização e a autodescriminação (Alberto, 2008). O estigma social do acolhimento residencial das criança e dos jovens é uma dimensão que importa salientar porque apresenta uma dupla exclusão e vitimação, por um lado as crianças são vítimas de maus-tratos ou negligência e por outro são vítimas da marginalização social (Moura Faria et al., 2008).
- e. *Reprodução das desigualdades sociais e controlo social* são caracterizadas pelo controlo de determinadas famílias, que pertencem a grupos sociais e culturais com baixos níveis socioeconómicos (Alberto, 2008).

A medida de acolhimento residencial pode constituir um fator de fragilização no desenvolvimento da criança, todavia não a condena à psicopatologia ou a percursos de vida menos bem-sucedidos. Os efeitos negativos desta medida são tanto maiores quanto associados a outros fatores de risco existentes, podendo ser minimizados de acordo com o tipo de intervenção desenvolvido, em cada casa de acolhimento. A qualidade das práticas prestadas pode fazer a diferença, no desenvolvimento das crianças e dos jovens acolhidos (Mendes dos Santos, 2010).

Segundo Alberto (2008) a problemática da medida de acolhimento residencial está mais impregnada de preconceitos e estereótipos que se constroem na sociedade do que na realidade, à margem dos seus protagonistas (Alberto, 2008).

### **2.3. O Desenvolvimento das crianças e os Processos de Vinculação**

A criança e o jovem acolhido, para além de enfrentarem dificuldades oriundas das relações familiares difíceis também, como já referido encaram obstáculos provenientes do processo de promoção e proteção e das medidas aplicadas. As casas de acolhimento que executam as medidas de acolhimento residencial devem ser organizadas e fim de possibilitar o desenvolvimento adequado da criança e proporcionar a construção de vínculos seguros. O ambiente deve ser positivo, com maior segurança e estabilidade de forma a oferecer fatores de proteção para o desenvolvimento humano.

A criança tem que desenvolver a capacidade de responder de forma positiva às situações adversas que enfrenta, mesmo quando estas comportam um risco potencial para a sua saúde e desenvolvimento. Esta capacidade é construída a partir das interações que a criança tem com a sua família ou com o ambiente onde se insere. No entanto, a criança que tem uma predisposição para potencializar os efeitos e consequências negativas, para o seu desenvolvimento é descrita como vulnerável, revelando vínculos inseguros (Vectore & Carvalho, 2008).

Segundo Bowlby (1958) a saúde mental da criança é influenciada pelos cuidados que recebe por parte dos seus progenitores, nos seus primeiros anos de vida. Estes cuidados são essenciais e por vezes determinantes, para a sua trajetória de vida. A aproximação da criança à figura cuidadora é um comportamento inato, de forma a adquirir a proteção e os cuidados que precisa. Uma relação com estas características positivas, ou seja, as relações estabelecidas num ambiente familiar sólido e com pais afetivos promove uma vinculação segura e um desenvolvimento positivo e saudável. Em oposição, as crianças que crescem em ambientes adversos e que têm pais indisponíveis e por vezes abusivos estabelecem vínculos inseguros (Bowlby, 1958; Simões Prata, 2013).

O sistema de vinculação segura, ao longo do desenvolvimento, tem como objetivo de as conduzir a situações seguras, contribuindo para a segurança necessária, ao desenvolvimento cognitivo e emocional, da criança. A figura de vinculação funciona como “porto seguro” e permite o decréscimo de medo e ansiedade na criança, proporcionando-lhe a segurança necessária à exploração do mundo e permite o desenvolvimento de representações do padrão relacional, ao longo da sua vida. Quando uma criança tem uma vinculação segura positiva, normalmente revela uma personalidade estável, uma vez que pode contar com o apoio e a presença das suas figuras de referência.

As crianças e jovens inseridos em casas de acolhimento têm a necessidade de desenvolver padrões precoces de regulação emocional, para lidar com situações adversas e emocionalmente exigentes, como os maus-tratos, abuso e negligência. De acordo com Pinhel, Torres & Maia (2009) as crianças e jovens quando adultos tendem de forma não consciente, a reproduzir os modelos de interação que marcaram a sua infância, verificando-se uma repetição transgeracional dos padrões de vinculação. Assim, as crianças acolhidas que estabelecem vinculações inseguras surgem em amostras de risco, nas quais é possível identificar um funcionamento problemático associado a áreas do desenvolvimento socio-emocional verificando-se, por vezes comportamentos agressivos, ansiedade, depressão e alterações de humor.

Na formulação inicial da *Teoria da Vinculação* de Bowlby partiu-se da evidência que a separação da figura materna levava a criança a vivenciar sentimentos de abandono e rejeição e se refletem em perturbações de comportamento e dificuldades de relacionamento. Neste contexto as crianças e jovens sob medida de acolhimento residencial, que tenham uma trajetória marcada pela interrupção de cuidados e alternância em figuras de referência podem constituir um grupo de risco, para o desenvolvimento de padrões de vinculação insegura, que por vezes estão na base dos problemas de comportamento (Pinhel, Torre, & Maia, 2009).

## **Capítulo III – Problemas comportamentais e de risco em Crianças e Jovens, em Casas de acolhimento**

### **3.1. Problemas de comportamento e Comportamentos de risco**

O conceito de Problema de Comportamento é ambíguo, controverso e sem limites claros. Bolsoni-Silve e Prette (2003) citam Webster-Stratton (1997), que considera os problemas de comportamento provenientes da existência de algo atípico na organização interna da criança, como aspetos psicológicos, neurológicos ou neuropsicológicos associados a variáveis ambientais (suporte familiar, estratégias de disciplina e nível socioeconómico). As crianças expostas a condutas adversas, no seio familiar, tendem a reproduzir esse padrão comportamental (Bolsoni-Silva & Prette, 2003). Os *Problemas Comportamentais* são caracterizados por comportamentos fora do normal, que ultrapassam as regras aceites na comunidade e se mantêm de forma contínua durante meses. Este tipo de comportamentos podem proporcionar desordens, no desenvolvimento da criança e na sua interação e funcionamento familiar, escolar e outras atividades (Direção-geral da Saúde, sem data). Os problemas de comportamento consistem em dificuldades de conduta, emocionais e expressar-se de forma internalizada (ansiedade e depressão) ou de forma externalizada (desafio, impulsividade, agressão e hiperatividade) («Problemas de comportamento», sem data). Os comportamentos internizantes têm uma carga emocional negativa que está voltada contra o próprio e tendem a controlar, excessivamente, o seu comportamento, originando condutas de inibição, ansiedade e tristeza. Por outro lado, os comportamentos externizantes caracterizam-se por uma dificuldade de autorregulação do comportamento e das emoções, que originam o descontrolo comportamental e a presença de uma carga emocional negativa, dirigida aos outros sob forma de frustração, raiva e agressividade (Clemente, 2008). As perturbações de comportamento verificadas mais frequentes, nas crianças e nos jovens são as seguintes:

- Transtorno de Oposição Desafiante;
- Transtorno de Conduta

- Transtorno de Deficit de Atenção com Hiperatividade (American Psychiatric Association, 2014; «Distúrbios de comportamento em crianças, os tipos de problemas comportamentais em crianças, transtorno desafiador de oposição, transtorno da conduta , transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, tratamento», sem data).

Caso se verifique a falta de suporte, por parte dos seus progenitores e a ausência de modelos positivos de condutas sociais e de resolução de problemas, a criança pode não ficar preparada para as relações e interações sociais e comunicativas. A integração social destes jovens, que apresentam problemas de comportamento é colocada em risco e têm grandes dificuldades em ultrapassar os seus problemas, pois estas crianças e jovens apresentam sentimentos de mal-estar e de desvalorização e defendem-se culpando os outros pelos seus problemas e comportamentos. Normalmente, as crianças e jovens que apresentam perturbações comportamentais colocam em causa o seu rendimento escolar, surgindo desse modo um grande risco de insucesso e abandono escolar. Os jovens com problemas de conduta, têm dificuldades em estabelecer relações de amizade e por vezes estabelecem ligações com outros grupos ou jovens, de risco (Direção-geral da Saúde, sem data).

O termo *Comportamento de Risco* é caracterizado pela participação em atividades que possam vir a comprometer a saúde física e mental da criança ou jovem, de caráter exploratório ou pela influência de meio (pares ou familiares), como por exemplo o consumo de álcool, estupefacientes, condutas agressivas e violentas, comportamento sexual indevido, depressão e ansiedade.

A avaliação e determinação de Problemas de Comportamento e de Comportamentos de Risco, nos jovens, deve ser realizada de forma abrangente, ultrapassando os critérios biomédicos e atingindo variáveis sociais e de comportamento. A avaliação deve incutir características individuais da própria criança, da sua família e da sociedade onde se insere, com especial atenção aos seus grupos de referência, como os amigos e a escola (Feijó Becker & Amaro de Oliceira, 2001). Todavia, a identificação das perturbações comportamentais é de difícil diagnóstico, porque muitos dos sinais e sintomas são comuns. De acordo,

com os manuais do Código Internacional de Doenças – CID 10 e de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais, 5.<sup>a</sup> Edição – DMS 5 é possível encontrar diferentes problemas de comportamento, numa mesma categoria, que envolvam distintas dimensões de análise («Distúrbios de comportamento em crianças, os tipos de problemas comportamentais em crianças, transtorno desafiador de oposição, transtorno da conduta , transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, tratamento», sem data). Os problemas de comportamento e os comportamentos de risco podem surgir em qualquer idade, todavia os comportamentos de oposição e de desafio são mais frequentes, na idade pré-escolar, havendo uma modificação ao longo do desenvolvimento, podendo tornar-se mais violentos e a incluir mentiras, furtos, fugas e recusa de regras e normas sociais (Direção-geral da Saúde, sem data).

### **3.2. Relatório C.A.S.A.**

*O Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento – CASA*, de acordo com o artigo 10.º do Capítulo V, da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto e ao abrigo do 35.º artigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo representa a existência e a evolução dos projetos de vida das crianças e jovem, presentes em lares, centros de acolhimento ou famílias de acolhimento e permite o diagnóstico das potencialidades e fragilidades do Sistema de Proteção e Promoção de Crianças e Jovens, em Perigo (Assembleia da República, 2003, 2015).

O levantamento e recolha de informação de caracterização de cada criança ou jovem são assegurados pelas entidades executoras do relatório, ou seja pelos Serviços do Instituto da Segurança Social, pela Casa Pia de Lisboa, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pelo Centro de Segurança Social da Madeira e pelo Instituto de Ação Social dos Açores. No entanto o relatório CASA, apenas representa a população de jovens com idade inferior a 20 anos, conforme a legislação em vigor, não representando os jovens com idade superior a 20 anos, sob acolhimento. A caracterização da situação das crianças e jovens dos 0 aos 20 anos, no sistema de acolhimento familiar e residencial registou um decréscimo

do número de crianças e jovens, entre o ano de 2006 e 2016 (Instituto da Segurança Social, 2017). Contudo, as informações e estatísticas do Sistema de Acolhimento, relativamente à distribuição geográfica, distribuição por sexo e faixa etária e as características particulares têm-se mantido constantes. Nos últimos 5 anos, o Porto é o segundo distrito, que regista um maior número de crianças e jovens em situação de acolhimento, continuando Lisboa, o distrito com maior número de crianças e jovens, em situação de acolhimento. O género masculino, à semelhança dos anos anteriores, continua com um ligeiro predomínio em comparação com o género feminino. Todavia, a tendência se inverte a partir dos 15 anos de idade, passando a existir uma predominância do género feminino. Em relação, à faixa etária permanece a tendência de uma maior percentagem de adolescentes – entre os 12 e os 17 anos, ou seja, mais de metade da população, em situação de acolhimento está a atravessar a fase da adolescência.

O Sistema de Acolhimento é caracterizado também por *Caraterísticas Particulares*, onde se identifica uma diversidade de problemáticas associadas, que faz destacar o facto destas crianças e jovens se encontrarem abrangidas pela promoção e proteção, por parte do Estado, que na ausência do seu suporte familiar, tem como função garantir a proteção e o dever de lhes favorecer um acolhimento que vá ao encontro das suas necessidades. Á semelhança dos anos anteriores, os problemas de comportamento, a toxicodependência, os problemas de saúde mental, a debilidade mental, a deficiência mental, a deficiência física, a doença física e o consumo esporádico de estupefacientes caracterizam as caraterísticas particulares, que conseqüentemente, vão ao encontro dos efeitos a longo-prazo verificadas nas crianças vítimas de mau trato, abuso e negligência.

Os *problemas de comportamento* pressupõem a persistência de um padrão de comportamento em que são violados direitos básicos de terceiros ou normas sociais importantes. Segundo o relatório CASA, os comportamentos problemáticos foram classificados consoante o seu tipo, gravidade e frequência:

*1. Comportamentos Ligeiros*, que consistem no uso da mentira, de fugas breves e intimidações. Este tipo de comportamento é predominante face aos médios e aos graves e estão mais próximos do transtorno de oposição.



2. *Comportamentos Médios*, que se referem a pequenos furtos, destruição de propriedade sem prejuízos e agressões físicas.

3. *Comportamentos Graves*, que por sua vez reportam roubos com confrontação com a vítima, utilização de armas brancas e destruição de propriedade com prejuízos consideráveis. Esta tipologia de comportamentos é a menos verificada e são mais próximos a tendências antissociais.

A Toxicodependência em crianças e jovens acolhidos pressupõe o consumo regular e compulsivo de substâncias psicoativas, enquanto o consumo esporádico de estupefacientes é caracterizado pelo uso de substâncias psicotrópicas de forma ocasional e não regular.

Os problemas de saúde mental carecem de acompanhamento pedopsiquiátrico ou psiquiátrico para estabilização dos estados emocionais, que frequentemente, se verifica descompensações. Este tipo de problemas de saúde mental é por vezes acompanhado por prescrições medicamentosas, tal como acompanhamento de saúde mental, regular.

A debilidade mental consiste no atraso congénito ou adquirido do desenvolvimento intelectual, caracterizado pelas dificuldades sociais ou pela deficiência de julgamento a nível intelectual, permitindo contudo a aprendizagem por exemplo de ler e escrever. Por sua vez, a deficiência mental pressupõe um funcionamento intelectual inferior, acompanhado de limitações adaptativas, como a comunicação, competências sociais, autocuidados, vida doméstica e relacionamento interpessoal. Todavia, a deficiência física implica a incapacidade limitativa da participação da criança ou jovem, nas áreas da vida em sociedade e a doença física compromete incapacidades, que limitam ou impedem o desempenho motor da pessoa (Instituto da Segurança Social, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017).

No que respeita às características particulares das crianças e jovem em acolhimento, a análise dos dados indicam uma elevada diversidade de problemáticas. Estes dados, como já referido refletem os efeitos das situações de maus tratos, negligência ou abuso sobre o desenvolvimento das crianças (Instituto da Segurança Social, 2017), destacando-se os problemas

comportamentais, como a característica particular mais manifestada, entre as crianças e jovens, com predominância, na faixa etária dos 15 aos 17 anos e assumindo relevância também, nas faixas etárias dos 12 aos 14 anos e dos 18 aos 20 anos. Desde 2011 até 2015, ou seja nos últimos 4 anos tem-se verificado um aumento significativo, desta problemática (Instituto da Segurança Social, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016), contudo o número de características registadas, no ano de 2016 é inferior ao do ano de 2015, devido à alteração de metodologia de análise no relatório de 2016. No relatório Casa de 2016, foram desdobrados os números, para um melhor enquadramento da realidade, havendo análise das características particulares das crianças e jovens em situação de acolhimento e na situação de cessação da medida (Instituto da Segurança Social, 2017).

### **3.3. A Lei Tutelar Educativa e o Regime Penal aplicável a Jovens delinquentes**

Os Problemas de Comportamento classificados como médios e graves podem consequentemente, levar à instauração de um *processo tutelar educativo*, caso as ações ou omissões praticadas pelo jovem, com idade entre os 12 e os 16 anos, sejam qualificadas pela lei como crime, ou o estabelecimento de um processo penal, caso o jovem tenha mais de 16 anos (Direção-geral de reinserção social, sem data). Na perspetiva legal, de acordo com o artigo 19.º do Código Penal, os atos classificados como crime praticados, por menores de 16 anos são inimputáveis, ou seja, estes jovens não podem ser responsáveis penalmente, contudo podem ser alvo da aplicação de medidas tutelares, que têm como objetivo a proteção e educação (Jerónimo Ribeiro, 2009). O enquadramento legal subjacente ao processo tutelar educativo e consequente a aplicação e execução de uma medida tutelar educativa é sustentado pela Lei n.º 166/1999, de 14 de Setembro, com a última alteração pela Lei n.º 4/2015, de 15 de Janeiro – *Lei Tutelar Educativa* (Direção-geral de reinserção social, sem data).

O regime jurídico português diferencia as crianças em perigo, dos jovens autores da prática de factos qualificados como crime. Contudo, existe pontes de ligação entre a Lei Tutelar Educativa - LTE e a Lei de Proteção de Crianças e

Jovens em Perigo. Esta ligação é assegurada pelo Ministério Público – M.P., em qualquer fase do processo tutelar educativo. O M.P. tem de participar às entidades competentes, como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e os Tribunais, a situação do jovem, que careça de proteção social e requer a aplicação de medidas de promoção e proteção, de acordo com o artigo 43.º da LTE (Assembleia da República, 1999b). Tal como, de acordo com o artigo 82.º da LPCJ as autoridades judiciais têm que participar às entidades competentes em matéria de promoção dos direitos e proteção as situações de jovens arguidos, em processo penal que se encontrem em perigo. Desse modo, um jovem alvo, simultaneamente, dum processo de promoção e proteção e dum processo penal, a CPCJ ou a seção de família e menores tem que remeter à autoridade judiciária competente, a respetiva decisão e acrescentar informações adequadas, aos processos (Assembleia da República, 1999a). Caso seja necessário, ocorre transições das crianças e jovens, do sistema de promoção e proteção, para o sistema tutelar educativo e vice-versa.

A instauração dum processo tutelar educativo e que leve conseqüentemente, à aplicação de uma medida tutelar educativa, tem como objetivo a educação do jovem, para o direito e a sua inserção social digna e responsável (Assembleia da República, 1999b). Por sua vez, o jovem que à data da prática do facto classificado legalmente, como crime, tiver completado 16 anos ou não tiver atingido os 21 anos é aplicado o Decreto-lei n.º 401/82, de 23 de Setembro – *Regime Penal aplicável a Jovens Delinquentes*. O jovem imputável merece um tratamento penal especial, de acordo com as pesquisas do domínio das Ciências Humanas e da Política Criminal, pois os jovens têm uma capacidade de ressocialização, quando se encontram no princípio da sua maturidade (Ministério da Justiça, 1982).

As medidas de correção aplicadas nos respetivos regimes jurídicos, a medida de internamento, em centro educativo e a medida de internamento, em centro de detenção, visam proporcionar ao jovem a interiorização de valores conforme o direito e a aquisição de recursos, que lhe permitam conduzir a sua vida de modo social e juridicamente, responsável. A medida de internamento pode ser

aplicada em regime aberto, semiaberto ou fechado e é executada em centro educativo. Todavia o internamento, em centro de detenção pode ser executada em regime de internato, semi-internato ou ser em regime de detenção de fim-de-semana, consoante a decisão do Tribunal (Assembleia da República, 1999b; Ministério da Justiça, 1982).

## **Parte II – Enquadramento Metodológico**

## **Capítulo I – Princípios teórico-metodológicos**

### **1.1. Procedimento Metodológico**

Os Relatórios de Caracterização da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens, dos últimos anos, identifica diversos problemas comportamentais, o que incita ao estudo desta problemática através da análise das narrativas das crianças e dos jovens acerca da sua Casa de Acolhimento e perceber de que forma o significado atribuído à mesma se reflete no seu comportamento.

O estudo visa dar voz às crianças e jovens sob medida de acolhimento residencial, refletindo a população de duas casas de acolhimento e a realidade entre géneros, uma vez que o estudo se realiza ao género masculino, na Casa do Vale, no Porto e no Lar de Santa Cruz, em Leça da Palmeira, ao género feminino. A investigação é de carácter qualitativo, através da Observação Participante, nas atividades quotidianas das crianças e jovens acolhidos e da realização de Inquéritos por Entrevista à população em análise.

A importância da Casa de Acolhimento, no quotidiano das crianças e dos jovens acolhidos é fundamental para a compreensão das vivências e o significado do pilar que constitui o seu novo lar. Existe desse modo, a necessidade de perceber a realidade da vida, nas Casas de Acolhimento e as especificidades entre géneros, de forma a promover a criação de modelos de intervenção mais eficazes, na medida de acolhimento residencial.

A complexidade da promoção e proteção de crianças e jovens, em perigo constitui uma problematização privilegiada, que necessita de uma relação entre o conhecimento científico e o conhecimento experimental, caracterizado por linguagens e práticas adequadas à população, em estudo. A relação entre a ética e a ciência, na investigação com crianças e jovens é de elevada importância, uma vez que os princípios epistemológicos têm que ser sempre levados em consideração. Os diálogos e as relações estabelecidos com as crianças e os jovens, implicam planificação e cuidados, de modo a respeitá-los como sujeitos de direitos.

### *1.1.1. Pesquisa Bibliográfica*

A pesquisa bibliográfica constitui parte integrante da investigação e tem como seu objetivo primordial centrar-se na recolha de informação e conhecimento prévios acerca do problema, em estudo. O estudo científico inicia-se com a pesquisa bibliográfica permitindo a toma de conhecimento sobre a produção científica existente (Dalfovo, Lana, & Silveira, 2008; Gerhardt, Tatiana Engel Silveira, 2009; Raupp & Beuren, 2006). Segundo Gil (1999) citado por Raupp & Beuren (2006) a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de livros, artigos científicos, monografias, teses e dissertações, ou seja é elaborada através da reunião dos diversos referenciais bibliográficos acerca do tema e formando-se assim o enquadramento teórico, da investigação (Raupp & Beuren, 2006). Deste modo, a pesquisa bibliográfica é parte integrante do Parte I da presente dissertação, uma vez que reúne a informação e dados relevantes para o desenvolvimento da mesma.

### *1.1.2. Método Qualitativo*

O estudo de campo é realizado através da metodologia qualitativa que trabalha predominantemente com dados qualitativos, ou seja, a informação coletada não é expressa em números, mas sim expressa em palavras ou figuras de carácter abstrato. O método qualitativo permite subjetividade e flexibilidade, no processo de condução da pesquisa e em conformidade com o contexto e comportamento dos intervenientes, permitindo desse modo, que o estudo se apresente de forma descritiva com ênfase na compreensão dos significados dos próprios sujeitos, de análise.

A análise das amostras é realizada através de Observação Participante e por Entrevistas semiestruturadas, de forma a possibilitar o Estudo de Caso.

A interação dos pesquisadores com o meio de investigação é fundamental, para possibilitar a compreensão adequada dos fenómenos em estudo (Dalfovo et al., 2008). Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa descrevem a complexidade de determinado problema, pela análise e interpretação das

diferentes variáveis, tal como permite a compreensão dos processos dinâmicos vividos, por específicos grupos sociais. A metodologia qualitativa é uma das formas adequadas para conhecer a natureza de um fenómeno social, segundo Raupp e Beuren (2006).

O presente trabalho é caracterizado pela compreensão dos processos dinâmicos vividos por crianças e jovens, em Casas de Acolhimento. O método qualitativo possibilita o entendimento das singularidades do comportamento da amostra estudada, permitindo a maleabilidade da conduta do estudo, pela sua subjetividade de investigação. Este tipo de investigação pressupõe descrições detalhadas dos fenómenos e comportamentos, relatados na primeira pessoa pelas crianças e jovens residentes das Casas de Acolhimento.

#### 1.1.2.1. Estudo de Caso

O Estudo de Caso é caracterizado pela observação detalhada do contexto, ou pessoa que se pretende investigar. A recolha de dados é realizada por um plano geral em forma de funil, isto é, a informação é recolhida de forma canalizada do terreno, para sujeitos, assuntos e tema, de forma generalizada de exploração alargada, para uma forma mais específica e detalhada à área (Bogdan & Biklen, 1994). Esta metodologia é preferencial para as pesquisas que se centram no estudo a casos específicos e visam a reunião de informação numerosa e detalhada de forma, a aprender a totalidade da situação. No entanto, o facto do estudo se centrar em determinados objetos e amostras, os seus resultados não podem ser generalizados a outros objetos, uma vez que se unifica numa circunstância específica.

A pesquisa ao ser realizada, no local dos fenómenos é uma grande valia, pois preserva as características significativas dos eventos da vida real (Raupp & Beuren, 2006). Segundo Bogdan e Biklen (1994) as técnicas que melhor se adequam à recolha de dados em Estudos de Casos consistem na Observação Participante e na realização de Entrevistas individuais, tal como realizado no presente estudo (Bogdan & Biklen, 1994).



As características da investigação enquadram-se num Estudo de Caso, devido a investigação se centrar em eventos da vida real de crianças e jovens em Casas de Acolhimento, usando duas técnicas para a colheita de dados e informações em diversos momentos do estudo, de forma particular, ou seja busca retratar a realidade de forma completa e profunda utilizando técnicas como a Observação Participante e Inquéritos por Entrevista.

## **1.2. Técnicas de recolha de dados**

### *1.2.1. Observação Participante*

A técnica de Observação Participante compreende a imersão dos investigadores nos contextos em estudo, para compreender o comportamento dos intervenientes, nas suas próprias situações e como constroem a realidade onde atuam. Esta técnica possibilita a interação dos pesquisadores com os informantes, de forma a compartilhar as suas atividades quotidianas, preocupações e experiências de vida, colocando-se no lugar dos sujeitos observados. Os dados e informações recolhidas na Observação, do meio de estudo são recolhidos e relatados detalhadamente em notas de campos que constituem o Diário de Bordo.

A Observação Participante é abstrata e subjetiva, uma vez que recebe a influência de diversos fatores, como a história de vida, cultura e grupo social dos pesquisadores, assim sendo a observação tem que ser controlada e sistemática, implicando a existência de um planeamento e preparação do observador. No papel do observador como participante tem que previamente existir um consentimento por parte da comunidade observada, através de protocolos de colaboração – ANEXO A. Após as negociações estabelecidas, o investigador tem acesso às atividades quotidianas dos intervenientes em estudo de forma a adquirir a confiança do grupo, o que possibilita o enquadramento das metodologias adotadas (Lessa de Oliveira, 2008).

A técnica permite ainda, a interação com as crianças e jovens acolhidos, compartilhado as suas rotinas, preocupações e experiências de vida, colocando-

nos no lugar dos observados. Esta técnica possibilita a obtenção de informações particulares e complementares, para a realização das entrevistas, uma vez que enriquece o estudo através dos dados recolhidos e possibilita o estabelecimento de relações de confiança entre a investigadora e os intervenientes.

#### 1.2.1.1. Diário de Bordo

O registo da informação e de dados da Observação Participante é reunido num Diário de Bordo – ANEXO B, que compreende o registo das atividades, reflexões e comentários sobre o modo como o trabalho se desenvolveu. O Diário de Bordo é um registo diário das experiências e observações passadas, ao longo das atividades desenvolvidas, que permite posteriormente, a análise das situações e dos diferentes intervenientes.

#### 1.2.2. *Inquéritos por Entrevista*

O Inquérito por Entrevista é uma técnica de colheita de dados e um dos principais instrumentos utilizados nas pesquisas das ciências sociais. Segundo Ludke e André (1986) citados por Lessa de Oliveira (2008) esta técnica permite a captação da informação imediata e permite uma flexibilidade mediante os informadores (Lessa de Oliveira, 2008).

A entrevista – ANEXO D tem como principal objetivo recolher dados descritivos na linguagem das crianças e jovens acolhidos e dos profissionais, das Casas de acolhimento, de forma a permitir-nos desenvolver uma ideia sobre a maneira como a amostra em estudo interpreta os aspetos do mundo (Bogdan & Biklen, 1994).

A seleção da Entrevista Semiestrutura foi por este instrumento apresentar a flexibilidade necessária para o relacionamento com a população em estudo, seguir uma ordem prevista de questões-chave, para a recolha da informação pretendida e ainda a formulação de novas questões no decorrer do diálogo, de forma a enriquecer o resultado da investigação e o esclarecimento de pontos importantes. Este instrumento de pesquisa proporciona uma análise à linguagem corporal e aos detalhes, ao longo da entrevista. Contudo, à que ter em

consideração as histórias de vida das crianças marcadas pelos maus tratos a negligência e o abuso que pode por vezes leva a criar narrativas com representações deturpadas e desorganizadas, devido à trajetória de vida dos intervenientes.

A investigação incide sobre a análise das narrativas, das crianças e jovens sob medida de acolhimento residencial de forma a possibilitar a identificação de determinados problemas num contexto social específico, como a Casa de Acolhimento.

O registo dos conteúdos temáticos a abordar nas entrevistas é através da gravação do diálogo. Todavia, a utilização do gravador pode tornar-se um recurso difícil, o que é importante, que ocorra uma desmitificação da sua utilização perante a criança. A explicação do uso do gravador pode atribuir uma importância especial à conversa e na qual a criança tende a sentir-se gratificada, pela relevância atribuída ao diálogo estabelecido (Sousa Saramago, 2001).

### **1.3. Objetivos da Investigação**

A finalidade do nosso estudo é a análise das narrativas de crianças e jovens, sob medida de acolhimento residencial acerca do significado atribuído à sua casa de acolhimento, procurando ligações entre os fenómenos comportamentais negativos. Foi a partir desta problemática e objetivo geral que surgiu a pergunta de partida, para o desenvolvimento da presente dissertação: "O significado atribuído à casa de acolhimento, pelas crianças e jovens acolhidos, reflete-se na sua trajetória de vida e no seu comportamento?"

Assim tendo em consideração a pergunta de partida formulada, definimos para este trabalho os seguintes objetivos específicos:

- a. Identificar e caraterizar as razões na base da medida de acolhimento residencial;
- b. Compreender e analisar os significados das crianças e jovens acolhidos acerca da execução da medida de acolhimento residencial;
- c. Identificar as diferenças nas narrativas, dos diferentes géneros;

- d. Nas trajetórias de vida das crianças e jovens identificar e caraterizar os problemas comportamentais, após a entrada na Casa de Acolhimento.

## **Capítulo II – Procedimentos Metodológicos**

### **2.1. Princípios Éticos na Investigação**

A ética é caracterizada pelas condutas quotidianas e está ligada diretamente com a moral, ou seja, a moral fundamenta-se na obediência de normas, costumes e mandamentos culturais, enquanto a ética procura fundamentar o modo de vivência pelo pensamento humano.

A construção da criança como ser de direitos e protagonista das suas ações levou a estudos nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, em especial na Sociologia da Infância. Sob esta argumentação e partindo do pressuposto de que a criança é um sujeito histórico e de direitos existem princípios éticos a ter em consideração nas investigações que envolvem crianças e jovens. A participação das crianças e jovens na investigação conduz a adoção de metodologias, que atribuam aos jovens o estatuto de sujeitos de conhecimento (Ferreira, 2013; Mubarak Sobrinho, 2008). Como descrito no artigo 12.º da Convenção dos Direitos da Criança, a criança deve expressar a sua opinião de forma livre e tem o direito de ser ouvida em assuntos que com ela se relacionem.

No trabalho com este grupo geracional há particularidades que devem ser consideradas como a faixa etária dos intervenientes, o respeito pela sua privacidade e a obrigação do atendimento do seu consentimento ou recusa em participar na investigação, ou seja, a criança ou jovem devem manifestar a sua vontade, ou não, em participar livremente na investigação. A relação que se estabelece entre o investigador e os investigados é também uma característica muito importante nos estudos sociológicos, uma vez que se pode estabelecer uma relação assimétrica, pelo poder e estatuto que o investigador assume, que consequentemente, influencia os processos de investigação, face às relações de poder desiguais entre os intervenientes. O investigador deve adotar uma postura neutra e com linguagem acessível e adaptável ao meio, de forma a estabelecer uma relação de proximidade, com as crianças e jovens acolhidos (Ferreira, 2013).

As estratégias de pesquisa no terreno com crianças depara-se com um conjunto de preocupações específicas e características particulares. A construção

das técnicas tem que ter como base ferramentas metodológicas permeáveis às especificidades do grupo social da infância e às particularidades de cada criança, como ator social pleno. As estratégias metodológicas utilizadas, ou seja, a Observação Participante e os Inquéritos por Entrevista caracterizam-se pela necessidade de desenvolvimento de um caráter qualitativo e que apela a níveis de interpretação esclarecedora, de forma a ter em consideração as especificidades da amostra em estudo (Sousa Saramago, 2001).

Antes do trabalho realizado com crianças, houve um diálogo bastante claro e acessível com todos os envolvidos desde a equipa técnica, funcionários e monitores, como com as crianças e os jovens, para se obter as autorizações verbais e posteriormente, preparar os documentos necessários, para a oficialização da autorização – consentimento informado. É fundamental, que as crianças e os intervenientes possam decidir se querem participar, na pesquisa e como os dados e informações serão recolhidos, produzidos e posteriormente, analisados (Mubarak Sobrinho, 2008).

#### *2.1.1. Protocolo de Colaboração*

A dimensão da ética, nos estudos com crianças e jovens é fundamental e precisa de ser cuidadosamente revista e estabelecida pelo investigador e os responsáveis pelos intervenientes. Portanto, em investigações desta natureza é preciso considerar dinâmicas respeitadoras dos estatutos dos participantes e que lhes concebam os próprios direitos e os respeitem como atores sociais (Marinho Paiva, 2012). A consideração destas dimensões auxilia o investigador a recorrer a estratégias que permitam estabelecer a colaboração e cooperação das casas de acolhimento com a pesquisa, através de Protocolos de Colaboração – ANEXO A, que visam o cumprimento dos objetivos da investigação e dos direitos e deveres de cada um dos atores sociais, na presente investigação.

Após o estabelecimento dos primeiros contatos com as respetivas diretoras técnicas e o parecer favorável da direção de cada Casa de Acolhimento ocorreu a assinatura dos Protocolos de forma a oficializar os compromissos do estudo

empírico e os princípios éticos a ter em consideração, na realização da investigação, salvaguardando a identidade e privacidade dos participantes.

### *2.1.2. Consentimento Informado*

As crianças e os jovens intervenientes no estudo devem estar cientes de qual o seu papel em toda a investigação e que saibam os objetivos, a duração, os métodos e as técnicas utilizadas para a construção da mesma. É fundamental, ainda que a criança tenha o direito de se expressar livremente, não estando sujeita a considerações ou constrangimentos e informada que pode abandonar a investigação a qualquer momento, se assim o desejar.

O Consentimento Informado consiste no momento e posteriormente, num documento oficial – ANEXO C que explica aos intervenientes o seu envolvimento de participação e é solicitado o seu consentimento voluntário, salvaguardando a sua confidencialidade e privacidade.

O Consentimento informado ocorreu Inicialmente, numa reunião com as crianças e jovens com o intuito de apresentar a investigadora e esclarecer os intervenientes sobre o porquê do estudo, os seus objetivos, métodos e técnicas, tal como qualquer dúvida ou questão. Seguidamente, à realização das Observações Participantes, no decurso dos Inquéritos por Entrevista voltou-se a explicar o envolvimento de cada criança e jovem de forma mais detalhada e a assinatura do seu consentimento informado, individualmente.

## **2.2. A entrada no Meio de estudo**

O primeiro contacto ocorreu via correio eletrónico com as respetivas Diretoras Técnicas de cada Casa de Acolhimento, solicitando um agendamento de reunião. Após as primeiras reuniões presenciais e o parecer favorável à realização da investigação procedeu-se à formalização do pedido de colaboração<sup>1</sup> e o agendamento das Observações Participantes.

---

<sup>1</sup> Ver ANEXO A

A Observação Participante iniciou-se com uma reunião de apresentação da investigadora e do presente estudo, nas respetivas Casas de Acolhimento com a presença dos jovens e da Diretora Técnica, de forma a informá-los sobre os objetivos da pesquisa, as metodologias adotadas e salientando-se a confidencialidade e o anonimato da identidade dos participantes, salvaguardando a sua colaboração de forma voluntária e não obrigatória.

### **2.3. Caraterização do Contexto e Amostra**

O trabalho de campo realizou-se no período compreendido entre Janeiro e Abril de 2017 e as entidades colaborativas compreendem um Lar de Infância e Juventude – Lar da Santa Cruz e uma Casa de Acolhimento – Casa do Vale, que acolhem crianças e jovens com idade compreendida entre os seis e os vinte e quatro anos do género feminino e masculino, respetivamente, ambos situados no distrito do Porto.

No presente estudo, a população foi constituída por vinte e sete crianças e jovens do género feminino e masculino sob medida de acolhimento residencial. Do total de vinte e sete crianças e jovens acolhidos e observados, dezoito aceitaram participar nos Inquéritos por Entrevista. Enquanto os restantes não concordaram em participar, ou por outras razões como problemas cognitivos e de linguagem. Os problemas cognitivos e de linguagem dificultam o estabelecimento de uma linguagem esclarecedora e do entendimento necessário, por parte da criança e do jovem para responder às questões da entrevista. Assim a investigadora em conjunto com a Diretora Técnica, do Lar da Santa Cruz concordaram em não realizar os Inquéritos por Entrevista, às crianças e jovens com problemas cognitivos e de linguagem mais significativos, de forma a preservar o seu bem-estar e tendo em conta as suas dificuldades de interpretação das perguntas ou pela possibilidade de deturpação da realidade.

Através da Observação Participante e das Entrevistas Semiestruturadas realizadas com as crianças e os jovens acolhidos, pudemos reunir informações e dados que nos permitem caraterizar, com mais detalhe a nossa amostra.



### *2.3.1. Lar da Santa Cruz*

O Lar da Santa Cruz é um Lar de Infância e Juventude, que recebe crianças e jovens do género feminino, com idade mínima de seis anos, das quais têm aplicada uma medida judicial de promoção e proteção, em acolhimento residencial. O LIJ foi fundado em Matosinhos, em 1936, com a finalidade de proporcionar às crianças acolhidas um acompanhamento socioeducativo e a promoção da sua qualidade de vida.

A entidade acolhedora compreende o acolhimento de crianças e jovens em situações de perigo, por mais de seis meses, sob medida de proteção e promoção aplicada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, ou pelo Tribunal.

O Lar da Santa Cruz tem quinze vagas, para crianças e jovens em perigo. Todavia, no momento da investigação todas estavam preenchidas, apoiadas por uma Equipa Técnica constituída por duas Técnicas de Ação Social, uma Psicóloga e a Diretora Técnica e auxiliada por quatro Funcionárias, a Cozinheira, a Empregada de limpeza, que executam o turno de dia, durante a semana e duas Funcionárias, que executam o turno da noite e os fins-de-semana.

A amostra em estudo apresenta cinco jovens com problemas cognitivos e de aprendizagem, das quais duas ostentam problemas na linguagem evidentes. Do total de quinze jovens, apenas foram observadas catorze porque uma se encontrava a realizar Erasmus, em Espanha através do seu curso profissional de Secretariado. Em catorze jovens observadas, encontra-se uma criança em processo de adoção, a sua irmã biológica em processo de apadrinhamento civil e uma jovem em processo de autonomização.

As jovens observadas e participantes tinham idades distribuídas da seguinte forma:

<b>Idade dos Participantes</b>	<b>Total</b>
6	1
12	1
16	2
17	3
18	2

19	3
20	1
24	1

*Tabela 1. Idade das Crianças e Jovens participantes, do género feminino*

### *2.3.2. Casa do Vale*

A Casa do Vale é um Centro de Acolhimento Temporário, que recebe crianças e jovens, do género masculino com idade mínima de doze anos, sob medida de acolhimento residencial. A CAT foi fundada no Porto, em 2004 devido a uma parceria entre a Câmara Municipal do Porto e o Centro distrital de Segurança Social do Norte.

A Casa de Acolhimento Temporário compreende o acolhimento urgente e provisório, por menos de seis meses de crianças e jovens, em perigo sob uma medida de promoção e proteção aplicada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou pelo Tribunal.

A Casa do Vale pertence à Associação Portuguesa para o direito dos menores e da família – CrescerSer, que compreende uma Instituição Particular de Solidariedade Social de âmbito nacional, com sete Centros de acolhimento temporário, com os objetivos de promover, organizar e dinamizar os serviços comunitários de apoio à criança, ao jovem e à sociedade familiar, tal como dinamizar a formação especializada nas áreas de proteção, acolhimento e acompanhamento, a técnicos ligados à problemática das crianças e jovens, em perigo.

A entidade em estudo apresenta treze vagas, totalmente, preenchidas no momento da investigação apoiadas por um Equipa Técnica constituída por um Técnico de Ação Social, uma Psicóloga, um Diretor Adjuto e uma Diretora Técnica, auxiliados por sete Monitores, cinco Estagiários e duas Funcionárias, a Cozinheira e a Empregada de limpeza, que apenas realizam o turno de dia, durante a semana, tal como os Estagiários.

Os treze participantes observados em estudo tinham idades distribuídas da seguinte forma:

<b>Idade dos Participantes</b>	<b>Total</b>
14	1
15	3
16	1
17	2
18	2
20	2
21	2

*Tabela 2. Idade das Crianças e Jovens participantes, do género masculino*

## **Parte III – Estudo Empírico**

## Capítulo I – Resultados

### 1.1. Registo das Observações Participantes

Foram observadas duas casas de acolhimento, como já referido onde se encontram crianças e jovens sob medida de acolhimento residencial, no distrito do Porto. As Observações Participantes tiveram lugar dentro de cada entidade residencial, no decorrer do dia. No entanto, no Lar da Santa Cruz, as observações realizaram-se entre as dezassete horas e as vinte e uma horas, pois antes desse horário de acordo com a Diretora Técnica não havia um número suficiente e justificável de jovens para a observação, ao contrário do que ocorreu na Casa do Vale, onde as observações se realizaram em diferentes momentos do dia, de forma a visualizar e a registar as tarefas diárias dos residentes, ocorrendo assim observações desde as onze e meia da manhã até às vinte e duas horas.

As observações realizaram-se seis vezes, em ambas as Casas de Acolhimento, em diferentes períodos, com o consentimento das respetivas Diretoras Técnicas. No decorrer das observações evidenciou-se a repetição diária e semanal, das atividades quotidianas das Crianças e Jovens, assim de forma a não saturar a informação recolhida, deu-se por terminada a Observação Participante. De acordo com as tabelas apresentadas efetuou-se as seguintes observações:

Número da Observação	Data da Observação	Dia da semana	Horário da Observação	Identificação da Observação
1	19 de Janeiro de 2017	Quinta-feira	Das 20 horas às 21 horas e 15 minutos	OL01
2	25 de Janeiro de 2017	Quarta-feira	Das 17 horas e 30 minutos às 20 horas	OL02
3	01 de Fevereiro de 2017	Quarta-feira	Das 17 horas e 30 minutos às 20 horas	OL03

<b>4</b>	03 de Fevereiro de 2017	Sexta-feira	Das 17 horas às 19 horas	<i>OL04</i>
<b>5</b>	07 de Fevereiro de 2017	Terça-feira	Das 17 horas e 30 minutos às 20 horas	<i>OL05</i>
<b>6</b>	13 de Fevereiro de 2017	Segunda-feira	Das 17 horas e 30 minutos às 21 horas	<i>OL06</i>

*Tabela 3. Observações Participantes no Lar da Santa Cruz*

No Lar da Santa Cruz o espaço físico é composto por dois gabinetes, um pertencente à Diretora Técnica e outro à Equipa Técnica constituída pela Psicóloga e duas Técnicas. A casa é constituída por apenas dois quartos e duas casas de banho, uma cozinha, arrumos e uma sala comum de televisão e refeitório. Os dois quartos são divididos entre as quinze raparigas e os banhos têm que ser alternados, devido à existência de apenas duas casas de banho.

As instalações atuais do Lar da Santa Cruz, em Leça da Palmeira são temporárias, uma vez que a casa efetiva está em remodelação, em Matosinhos. Assim o espaço atual não apresenta o espaço e privacidade necessários, para cada elemento da Equipa Técnica, tal como de cada criança e jovem.

Por outro lado, a Casa do Vale é constituída por dois pisos e um jardim. No rés-do-chão situa-se o gabinete dos monitores, duas casas de banho de serviço, o gabinete da Diretora Técnica compartilhado com o Diretor Adjunto que também desempenha a função de Educador Social, uma sala de refeições com os computadores, uma sala de televisão, a cozinha, arrumos e uma garagem. Nas proximidades do gabinete dos monitores, no piso inferior existe um espaço físico, onde se situa os cacifos individuais de cada jovem, para guardar os seus pertences. O primeiro piso é composto pelos quartos e a respetiva casa de banho privativa, pelo gabinete de psicologia, entre outras divisões das quais não tive acesso. Os quartos podem ser individuais, ou partilhados no máximo por três jovens.

<b>Número da Observação</b>	<b>Data da Observação</b>	<b>Dia da semana</b>	<b>Horário da Observação</b>	<b>Identificação da Observação</b>
<b>1</b>	24 de Janeiro de 2017	Terça-feira	Das 17 horas e 30 minutos às 18 horas	<i>OC01</i>
<b>2</b>	25 de Janeiro de 2017	Quarta-feira	Das 11 horas e 30 minutos às 25 horas e 30 minutos	<i>OC02</i>
<b>3</b>	26 de Janeiro de 2017	Quinta-feira	Das 15 horas e às 19 horas	<i>OC03</i>
<b>4</b>	27 de Janeiro de 2017	Sexta-feira	Das 19 horas às 21 horas e 30 minutos	<i>OC04</i>
<b>5</b>	31 de Janeiro de 2017	Terça-feira	Das 16 horas e 30 minutos às 19 horas e 30 minutos	<i>OC05</i>
<b>6</b>	06 de Fevereiro de 2017	Segunda-feira	Das 19 horas e 30 minutos às 22 horas	<i>OC06</i>

*Tabela 4. Observações Participantes na Casa do Vale*

Ambas as Casa de Acolhimento têm um aspeto agradável, acolhedor e limpo e são estabelecidos horários para todas as tarefas, como o levantar, as horas de refeição, a realização dos trabalhos e estudo escolar, o desempenho das atividades de lazer e o deitar. Estes horários podem ser alterados conforme a época letiva, contudo podem ser flexíveis às atividades de cada residente.

O Lar da Santa Cruz tal como a Casa do Vale funcionam vinte e quatro horas por dia, durante todo o ano, através de turnos repartidos por funcionários e monitores, respetivamente, para assegurar a presença permanente de alguém responsável, enquanto no Lar da Santa Cruz este funcionamento é assegurada por uma única funcionária, durante a noite, a Casa do Vale conta com a presença de pelo menos dois monitores, no período da noite.

## 1.2. Registo das Entrevistas Individuais

As entrevistas foram efetuadas a dezoito crianças e jovens sob medida de acolhimento residencial e ocorreram entre os meses de Fevereiro e Março de 2017. No Lar da Santa Cruz as entrevistas foram realizadas a dez jovens, no Gabinete da Equipa técnica sendo uma realizada no quarto, à criança mais jovem da casa – *EL10*, segundo a Tabela 5. O número de crianças e jovens entrevistadas apenas foram dez devido, como já referido, a três das crianças e jovens observadas apresentarem imaturidade e problemas cognitivos e/ou de linguagem, que dificulta o a realização dos Inquéritos por Entrevista e uma jovem estar a frequentar o primeiro ano da Licenciatura em Enfermagem e trabalhar durante a noite como auxiliar de pessoa idosa, já apresentando-se em Processo de Autonomização e sem horário possível, para a realização da entrevista. Na Casa do Vale as entrevistas foram realizadas a oito jovens, no Gabinete dos monitores sendo duas delas realizadas no quarto do jovem – *EC06* e no Gabinete de Psicologia – *EC08*, segundo a Tabela 6. Dos treze jovens observados apenas oito aceitaram ser entrevistados, enquanto cinco se recusaram, de acordo com os seus direitos.

Os Inquéritos por Entrevista semiestruturada foram inicialmente preparados por um Guião de Entrevista<sup>2</sup> e apresentado às respetivas Diretoras Técnicas de cada Casa de Acolhimento em estudo, para a sua aprovação. Estes guiões eram acompanhados pelo Consentimento Informado para cada criança e jovem<sup>3</sup>. Contudo, o Guião de Entrevista – Anexo D1 para a criança do género feminino, com idade inferior a doze anos e o seu Consentimento informado – Anexo C1 foram estruturados e redigidos conforme as necessidades da faixa etária com o recurso a uma linguagem mais fácil e acessível, para a sua compreensão.

As entrevistas foram agendadas com as respetivas Diretoras Técnicas conforme os horários individuais de casa residente. Estas por sua vez, foram gravadas através de um gravador áudio digital e mais tarde transcritas. Desse

---

<sup>2</sup> Ver Anexo D

<sup>3</sup> Ver Anexo C



modo, as entrevistas realizadas às crianças e aos jovens sob acolhimento residencial foram organizadas da seguinte forma:

<b>Identificação da Entrevista</b>	<b>Idade</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Data da Entrevista</b>	<b>Duração da Entrevista</b>	<b>Observações</b>
<i>EL01</i>	21	2º Ano Licenciatura em Criminologia	14 de Fevereiro de 2017	12 minutos e 21 segundos	Irmã da entrevistada EL03
<i>EL02</i>	19	Trabalha num infantário	16 de Fevereiro de 2017	23 min. e 46 s.	Apresenta Problemas cognitivos e de aprendizagem
<i>EL03</i>	17	Curso Profissional de Secretariado	23 de Fevereiro de 2017	30 min. e 50 s.	Irmã da entrevistada EL01
<i>EL04</i>	24	Trabalha no Pingo Doce	23 de Fevereiro de 2017	27 min. e 14 s.	Apresenta Problemas cognitivos e de aprendizagem
<i>EL05</i>	17	Frequenta 9º ano do Curso de Cozinha	09 de Março de 2017	18 min. e 10 s.	
<i>EL06</i>	16	Frequenta 10º ano do Curso Profissional de Multimédia	09 de Março de 2017	1 hora, 22 min. e 33 s.	
<i>EL07</i>	17	Frequenta o 10º ano do Curso Profissional de Apoio à Infância	15 de Março de 2017	17 min. e 53 s.	Jovem em Processo de Apadrinhamento civil; Irmã da entrevistada EL10
<i>EL08</i>	17	Frequenta o 11º ano do Curso Profissional de Multimédia	16 de Março de 2016	51 min. e 23 s.	
<i>EL09</i>	19	Frequenta o 12º do Curso Profissional de Cozinha	20 de Março de 2016	1 h., 09 min. e 13 s.	
<i>EL10</i>	06	Escola – 1º Ano	22 de Março de 2017	18 min. e 37s.	Criança em Processo de Adoção; Irmã da entrevistada EL07

*Tabela 5. Entrevistas Lar da Santa Cruz*

<b>Identificação da Entrevista</b>	<b>Idade</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Data da Entrevista</b>	<b>Duração da Entrevista</b>	<b>Observações</b>
<i>EC01</i>	21	-	22 de Fevereiro de 2017	35 min.	Apresenta Problemas cognitivos e de aprendizagem
<i>EC02</i>	18	Frequenta um Curso Profissional de Cozinha para concluir o Secundário	22 de Fevereiro de 2017	27 min. e 09 s.	Irmão do Entrevistado EC07
<i>EC03</i>	18	-	03 de Março de 2017	32 min. e 41 s.	Apresenta Problemas cognitivos e de aprendizagem
<i>EC04</i>	17	Frequenta o Curso Vocacional de Eletricidade para concluir o 8º e 9º ano.	08 de Março de 2017	1h., 05 min. e 50 s.	
<i>EC05</i>	15	Frequenta um PIEF <sup>4</sup> para concluir o 5º e 6º ano	17 de Março de 2017	45 min. e 43 s.	
<i>EC06</i>	15	Frequenta um Curso <sup>5</sup> para concluir o 8º e 9º ano	21 de Março de 2017	34 min. e 05 s.	Sob aplicação de medida Tutelar Educativa com Tarefas a Favor da Comunidade
<i>EC07</i>	14	Frequenta o 7º ano	23 de Março de 2017	35 min. e 29 s.	Irmão do Entrevistado EC02
<i>EC08</i>	21	-	27 de Março de 2016	36 min. e 31 s.	

*Tabela 6. Entrevistas Casa do Vale*

Os dados recolhidos através do Inquérito por Entrevista foram objeto de uma análise de conteúdo apresentada seguidamente.

<sup>4</sup> PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação

<sup>5</sup> Não especificado pelo Jovem

## **Capítulo II – Análise de Conteúdo e Discussão de Resultados**

### **2.1. Introdução à Análise de Conteúdo**

Os Inquéritos por Entrevista são registados individualmente, a cada participante em estudo e gravados com o auxílio de um gravador áudio digital, para posterior Transcrição. As narrativas das crianças e dos jovens são captados por discurso oral da criança, que representa o sistema de pensamento próprio do sujeito, “os seus processos cognitivos, o seu sistema de valores e de representações, as suas emoções, a sua afetividade e a afloração do seu inconsciente”.

A Criança e Jovem entrevistados servem-se dos seus próprios meios de expressão para relatar acontecimentos, comportamentos, crenças e juízos. Desse modo é necessário ter atenção e cuidado com “singularidade individual” pois, por vezes, pode apresentar contradições, “negações incómodas, recuos, atalhos, saídas fugasses ou clarezas enganadoras” (Bardin, 2013).

A investigação confronta-se com dezoito entrevistas e tem como seu objetivo final inferir conclusões, acerca da determinada realidade que configuram as Casas de Acolhimento e os Comportamentos dos seus residentes.

A Análise de Conteúdo das transcrições deste projeto de investigação é realizada através da Decifração Estrutural proposta por Laurence Bardin, que segundo a autora “consiste num processo de decifração estrutural centrado em cada entrevista”, ou seja, ocorre uma análise individual e focada a cada entrevista. Esta abordagem individual procura compreender a linguagem de cada criança e jovem. Assim em cada nova entrevista é necessário ocorrer uma abstração, por parte do investigador e analista de si mesmo e das entrevistas anteriores, de forma a não ocorrer contaminações provenientes de análises anteriores, ao mesmo tempo que se beneficia e adquire novo conhecimento (Bardin, 2013).

## 2.2. Representações das Crianças e Jovens

### 2.2.1. Motivos e Causas da Medida de acolhimento residencial

A intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança, segundo a Lei de proteção de crianças e jovem em perigo ocorre quando os seus progenitores, representante legal ou quem tenha a sua guarda coloquem em risco a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando a própria criança ou jovem se coloca em perigo, sem que os seus responsáveis de oponham de forma eficaz e correta para remove-lo (Assembleia da República, 1999a). Em última instância, a medida de acolhimento residencial é a solução encontrada, para a resolução desta problemática. Assim sendo é necessário estudar e analisar se as crianças e jovens acolhidas se encontram informadas e esclarecidas face aos motivos da sua medida.

No Lar da Santa Cruz, a entidade residencial referente ao género feminino, verificamos as seguintes situações, nas narrativas:

*" B.: [...] Os meus pais não tinham condições, o meu pai batia na minha mãe e fomos retiradas [...] e essas foram as principais..."*

*E: Principais razões e quem é que te explicou? Recordaste?*

*B.: Acho que não houve assim grande explicação, acho que com o tempo fui percebendo que foram essas as razões, não havia condições, os meus pais não podiam dar a educação que supostamente me deveriam dar e acho que foi isso...*

*E: Não sofrias qualquer mau trato?*

*B.: Não! Quer dizer, batia-me de vez enquanto, mas isso...*

*E: Quando te portas mal?*

*B.: Às vezes não era bem assim mas nada de... (dando a entender que as agressões não eram nada de significativa para ela)" - Entrevistada EL01*

As jovens demonstram-se informadas e esclarecidas sobre a causa e razão do seu acolhimento residencial e a sua maior parte refere que foi alvo de múltiplas formas de maus-tratos, quer de forma passiva, como na forma ativa. As formas

de maus-tratos não constituem formas homogêneas, resultando cada uma delas de várias circunstâncias de risco (Barroso, sem data).

A maioria das crianças e jovens acolhidas, no Lar da Santa Cruz referem a ausência de cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal como a principal razão do seu acolhimento residencial e que estavam sujeitas, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetavam gravemente a sua segurança e o seu equilíbrio emocional.

*"E.: Sabes porque é que vieste, para casa de acolhimento?"*

*C. S.: Sei, os meus pais não tinham condições, o meu pai era alcoólico, acho que era esses os motivos maiores. [...]*

*E.: E achas que em termos de não terem condições, como assim?"*

*C. S.: A minha mãe ia pedir connosco, era isso.*

*E.: Ok então a tua mãe, levava-vos a pedir dinheiro às pessoas? [...]"*

*C. S.: Sim, comida e assim...*

*E.: E o teu pai?"*

*C. S.: O meu pai não.*

*E.: Não? Mas tinham uma boa relação com a tua mãe?"*

*C. S.: Ao início batia-lhe, depois deixou de lhe bater e deixou de beber, porque o tribunal, ameaçou e disse que nos tirava se ele não parasse... " - Entrevistada EL03*

*"A. F.: [...] havia violência doméstica com o meu padrasto passávamos fome e essas coisas... [...]"*

*E.: Queres falar um bocadinho mais, sobre a fase em que vivias com a tua mãe e esses tipos de maus tratos e falta de condições?"*

*A. F.: Nós éramos capazes de andar na rua a pedir dinheiro ou então de eu ir, por exemplo, aos vizinhos e andar a pedir dinheiro porque a minha (mãe) pedia-me para fazer isso ou então ia ao caixote do lixo [...]" - Entrevistada EL04*

*"[...] as condições eram muito más e não era só isso, também eu tive uma candidíase oral, por falta de alimentação" – Entrevistada EL06*

*"[...] a minha mãe teve um AVC, ou seja ficou sem fala não conseguia mexer um lado do corpo dela paralisou, foi o lado esquerdo. A minha irmã ficou a tomar conta de nós,*

*ela na altura tinha dezassete anos [...] e depois o meu pai não soube, tipo gerir muito bem e aguentar-se e começou a beber e pronto...” – Entrevistada EL08*

As vítimas de abusos sexuais referenciaram as suas diversas situações de perigo, ocultando o facto de terem sido vítimas de abusos sexuais, por parte dos seus pais biológicos, ou por terceira pessoa, como se verifica nas entrevistadas EL01; EL02 e EL05. Pois segundo a Diretora Técnica, as jovens que ocultam a sua realidade, evidenciam um sentimento de vergonha acerca das suas situações familiares e privadas. Apenas uma jovem referenciou esse motivo, como a causa principal da sua medida de acolhimento residencial:

*S.: Porque o meu pai, no início tentou-me violar e eu apresentei queixa sobre ele” – Entrevistada EL07*

Contrariamente, a Casa do Vale que acolhe crianças e jovens do género masculino evidencia como principal motivo da medida de acolhimento residencial, os comportamentos, atividades e/ou consumos dos próprios jovens, que afetavam gravemente a saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, ou representante legal das crianças e dos jovens se opusessem de modo adequado a remoção dessas situações.

*"F. N.: [...] porque faltava à escola.*

*E.: E faltavas à escola e o que é que aconteceu?*

*F. N.: A CPCJ apercebeu-se e apercebeu-se que a minha mãe não conseguia ter controlo em mim e eles meteram-me numa instituição [...]” – Entrevistado EC02*

*"[...] porque faltava às aulas e faltava consecutivamente às aulas e não podia e depois fazia muitas asneiras e tudo então...” – Entrevistado EC04*

*"J. P.: Oh por causa do abandono escolar e das asneiras que fazia só queria andar aí a fazer asneiras, com os meus amigos.*

*E.: Quais eram as asneiras?*

*J. P.: Oh andávamos a partir com tudo, andávamos sempre a arranjar problemas*

*E.: Andavam a partir o quê?*

*J. P.: Com tudo arranjávamos problemas com as pessoas, problemas com a polícia com tudo...*

*E.: mas tipo partir tudo e arranjar problemas com as pessoas e com a polícia?*

*J. P.: pancada andávamos sempre à pancada [...]”- Entrevistado EC05*

Os jovens do género masculino evidenciam os seus comportamentos, como o abandono escolar, mau comportamento e a ausência e/ou ineficácia do controlo de parental, como as principais causas da sua medida de acolhimento residencial. Por outro lado, os entrevistados *EC01* e *EC08* reverenciaram que o motivo do seu acolhimento foi referente à negligência associada à doença psíquica da sua mãe e aos maus tratos físicos e psicológicos, por parte dos seus avós, respetivamente.

*"A.: Sim tipo eu era, digamos que mal tratado pelos meus avós e não só. Eles obrigavam-me a trabalhar muitas horas e tudo e se eu não o fizesse pronto era mal tratado basicamente era isso.*

*E.: Mas eram agressões físicas?*

*A.: Sim. Eram qualquer tipo de agressões.”- Entrevistado EC08*

Contudo, duas residentes do Lar da Santa Cruz, não conseguiram explicar a causa do seu acolhimento residencial, as entrevistadas *EL09* e a *EL10*. E na Casa do Vale, o entrevistado *EC03* não quis referenciar a causa da medida de promoção e proteção.

Ao encontro de outros estudos de Ferreira (2013) as principais causas que conduziram ao acolhimento residencial destas crianças e jovens revelaram-se a ausência ou ineficácia de competências parentais, como a prestação de cuidados básicos de alimentação, saúde e higiene (negligência) em associação com a exposição a modelos de comportamentos desapropriados, como o alcoolismo e o abandono escolar acompanhado, por vezes de comportamentos desviantes do próprio jovem.

Segundo Barroso, o abuso sexual de crianças e jovens se revelou outro dos motivos da medida de acolhimento residencial, sendo quase sempre como autor das agressões os próprios progenitores. O abuso sexual tem a agravante de

passar despercebida ou apoiada pelos responsáveis da criança, como ocorreu com a entrevistada EL02 (Barroso, sem data).

### *2.2.2. A representação da Casa de Acolhimento: "Onde vivo"*

Nesta categoria procura-se compreender os sentimentos predominantes na permanência das crianças e dos jovens, na Casa de Acolhimento. É importante reter com atenção e compreender sobre onde vivem as crianças e jovens acolhidas, pois a medida de acolhimento residencial é considerada extrema, uma vez que "implica uma mudança profunda no quotidiano", da vida destes seres humanos (Barroso, sem data).

As crianças e jovens, na sua maioria, retratam representações positivas acerca da execução da sua medida de acolhimento residencial, ou seja, as crianças e os jovens evidenciam, nas suas narrativas sentimentos de satisfação face à sua entidade acolhedora:

*"B.: [...] a minha casa onde eu passo todos os dias, partilho as minhas coisas boas, as minhas coisas más.*

*E: Qual é a tua opinião sobre a tua vinda para aqui?*

*B.: Ótima. Se eu não tivesse vindo para aqui, se calhar não tinha entrado na faculdade, não tinha tirado a carta de condução [...]" – Entrevistada EL01*

*"Eu achava antes, que as instituições eram uma porcaria e estar com os meus pais é que iria ser bom e agora acho tudo o contrário. Acho que foi a melhor coisa que me aconteceu." – Entrevistada EL03*

*"Para mim é a melhor coisa que me aconteceu, a mim não me falta roupa lavada, não me falta comida, não falta nada. Estou mesmo bem aqui, estou segura, protegida é o melhor sítio que podia ter calhado." – Entrevistada EL04*

*"Para mim até agora tenho tido uma vida melhor, se não fossem eles não tava melhor nas notas da escola e tudo [...]" – Entrevistada EL05*

*"[...] é uma casa em que tipo, uma casa é como se fosse uma casa de família, para mim é como se fosse uma casa de família. Aqui dentro para mim sinto que aqui toda gente*



*tem um cargo sobre mim, como se fosse mãe, pai e assim aqui não há pais, só mães prontos, as mais velhas são como se fossem minhas mães, as mais velhas ainda são como se fossem minhas avós e as meninas como se fossem minhas irmãs [...] temos ambas umas ligações [...]*” – Entrevistada EL06

*"[...] é a minha casa aqui neste [...] porque somos menos, somos mais chegadas as doutoras. São mais presentes na nossa vida [...]"* – Entrevistada EL08

*"A minha casa. Sei lá, eu acho que eu já passei por várias não é por isso sei como é que isto funciona [...] porque além de nos ensinar imensa coisa, tipo para a nossa vida, tipo também nos ensinam a ter valores [...]"* – Entrevistada EL09

*"E.: Tu gostaste de viver aqui?"*

*M.: Sim, porque tem a minha a minha irmã e tem meninas que eu gosto muito."* – Entrevistada EL10

*"A minha família [...] os meus irmãos [...] por exemplo os doutores são como se fossem os pais ou monitores também, as monitoras."* – Entrevistado EC01

*"[...] eles preocupam-se connosco, mostram interesse para estar connosco, trabalham por gosto. Epá são pessoas que trabalham aqui e trabalham com prazer [...] Jeles fazem um trabalho diferente esta instituição, tem diferenças com as outras porque esta é uma casa aberta [...]"* – Entrevistado EC02

*"[...] eu quando entrei para esta instituição não era nada, numa maneira de dizer [...] tipo não era nada porque não queria também [...] é que tipo uma pessoa em casa não tem. Há coisa que as pessoas não têm em casa, que aqui têm."* – Entrevistado EC04

*"[...] para mim a casa de acolhimento é. Também é fixe, é uma cena fixe, é diferente [...]"* – Entrevistado EC07

*"[...] foi um sítio que me deu algumas oportunidades, que não ia ter em outro lado de certeza."* – Entrevistado EC08

A autora Barroso (sem data) relaciona a opinião da criança da Casa de Acolhimento à integração das crianças e jovens e ao tipo de relações que desenvolvem com os seus elementos. Na voz das crianças e dos jovens, prevalece

a união, o espírito de grupo familiar e o sentimento de empatia, face às causas da medida de acolhimento:

*"[...] é um sítio comparado com a casa mesmo de família. Estamos a conviver com outras pessoas da mesma idade, que temos aquela sensação de que as meninas que também estão aqui, também passaram por histórias de vida difíceis e que não tamos sozinhas no mundo, a sofrer basicamente. E é um sítio onde apoia-nos e nos ajuda, a seguir a nossa vida em frente e a ser alguém melhor."* – Entrevistada EL07

As narrativas demonstram um sentimento positivo de companheirismo e amizade. Segundo Ferreira apesar de todas as vivências e experiências traumáticas vividas pelos jovens, a cumplicidade e afinidade existe entre os residentes: "os pares assumem-se como figuras protetoras e confidentes" (Ferreira, 2013), indo também ao encontro dos estudos de Siqueira e Dell'Aglio, que referem que os pares em situações similares de vida configuram um apoio social, ou seja, apoiam-se mutuamente pelas suas histórias de vida semelhantes (Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

As crianças e jovens do presente estudo apresentam o sentimento de segurança, as condições de vida e as novas oportunidades que surgiram com o auxílio da Casa de Acolhimento, como as principais características positivas face ao seu processo de acolhimento. Contudo, a execução da medida de acolhimento residencial, também representa um significado negativo, pelo facto de sustentar a vivência quotidiana dos jovens longe dos seus familiares e amigos. Isto que dizer, que existem também jovens que caracterizam a sua medida de promoção e proteção como insatisfatória:

*"Eu preferia estar onde eu tava, se calhar não tinha condições, mas se calhar, quer dizer se calhar não tinha as coisas que tenho até agora e aprendi as coisas que era e não eram melhores, até agora. Só que por um lado preferia estar com a minha avó."* – Entrevistada EL02

*"J. P.: Uma merda.*

*E.: Porquê?*

*J. P.: Porque sim! Porque em casa, em casa tenho tudo, tenho a minha mãe, tenho a família, tenho os meus amigos, tenho tudo, e aqui não.*” – Entrevistado EC05

*"J.: [...] sei lá, uma valente bosta.*

*E.: Porquê?*

*J.: Não gosto de estar aqui [...] tenho a certeza de quase ninguém gosta de estar aqui.*

*E.: Mas porque é que tu, não gostas de estar aqui?*

*J.: Por várias razões, são muitas regras aqui dentro.*” – Entrevistado EC06

As representações negativas do acolhimento residencial referenciam a relação afetiva do jovem ao seu meio e núcleo familiar de origem, assim como a rejeição das regras e normas estabelecidas pela entidade de acolhimento.

O acolhimento residencial em Casas de Acolhimento visa dar à criança e ao jovem um espaço físico seguro e que promova a proteção das crianças e dos jovens retirando-os das suas situações de perigo, de forma a proporcionar-lhes um bem-estar físico, psíquico e emocional, com a finalidade de proporcionar um desenvolvimento saudável. Todavia os entrevistados *EL02*; *EC05* e *EC06* rejeitam a intervenção destas entidades.

### *2.2.3. A representação dos Comportamentos*

A solução em última instância encontrada para as crianças e os jovens expostos a situações de risco e de comportamentos que possam de alguma forma comprometer a sua integridade físico e/ou psicológica é a medida de acolhimento residencial em entidades competentes. Contudo, alguns jovens podem adotar ou continuar as condutas, as atividades ou os consumos, que afetam gravemente a sua segurança, formação, educação ou desenvolvimento.

Na Casa do Vale, a Casa de Acolhimento responsável por crianças e jovens do género masculino, verifica-se a existência de condutas negativas, para o desenvolvimento dos adolescentes, tais como comportamentos de riscos associados ao consumo de tabaco, estupefacientes e álcool, ou seja, os jovens nas suas narrativas expressam a consciência face à sua conduta, referindo as

agressões existentes contra os seus colegas e aos próprios funcionários da Casa de Acolhimento, tal como os seus Comportamentos de Risco.

*L.: Mau, mesmo mau, não estou a brincar.*

*E.: Porquê? Dá-me exemplos.*

*L.: Oh! Porque eu faço muitas asneiras, aqui.*

*E.: Que tipo de asneiras?*

*L.: Digo palavrões [...] digo palavrões, insulto as pessoas, bato nas pessoas...*

*E.: Bates em quem? Nos teus colegas?*

*L.: E nos monitores.” – Entrevistado EC03*

*“[...] sinto-me melhor agora, evolui [...] tipo ao longo do tempo, aqui na instituição, também foi feita algumas asneiras, que me arrependo e arrependo completamente...” – Entrevistado EC04*

*“[...] quando faltam ao respeito ou não me tratam da maneira que me deviam tratar, já bato mal e depois arranjo problemas, vem a polícia, vem tudo...” – Entrevistado EC05*

*“E.: Nunca veio aqui, a polícia, das vezes que tu tiveste discussões?*

*J.: Isso já veio, uma vez ou duas, porque eu andei à porrada com um monitor e outra vez andei à porrada com um jovem, daqui.” – Entrevistado EC06*

*“B.: Insultar, portar mal.*

*E.: Insultar, quem?*

*B.: Os monitores, faltar ao respeito.” – Entrevistado EC07*

*“E.: Alguma vez experimentaste ou consumiste drogas?*

*[...] L.: Já experimentei, pronto. Já experimentei e não gostei [...]*

*E.: Que tipo?*

*L.: Ganza [...]*

*E.: Não fumas?*

*L.: Fumo. Só fumo tabaco, agora.” – Entrevistado EC03*

*“E.: [...] já alguma vez experimentaste ou consumiste drogas?*

*J. P.: Já.*

*E.: O quê?*

*J. P.: Já experimentei droga, mesmo droga, ganza, erva, mais nada [...]*

*E.: Tabaco?*

*J. P.: Fumo e tótil e tótil.*

*E.: Álcool?*

*J. P.: Álcool de vez enquanto, só em festas ou em anos de amigos meus.”– Entrevistado EC05*

*"J.: Quando saio com amigos, de vez enquanto, bebo, às vezes não bebo.*

*E.: O que é que bebes?*

*J.: É cerveja [...]*

*E.: E continuas a fumar?*

*J.: Sim, sempre fumei.*

*E.: Há quanto tempo?*

*J.: Um ano e tal, um ano e um mês, para aí.”– Entrevista EC06*

Para além da consciencialização dos seus comportamentos negativos, os jovens, do género masculino, ao longo das suas narrativas relataram episódios, que evidenciam e exemplificam as suas condutas mais graves:

*"L.: Que eu me lembre, acho que não a última vez, que eu levei com a polícia, foi aqui em casa por causa de espetar a faca no olho do M. [...]*

*E.: E porque é que lhe fizeste isso?*

*L.: Porque ele mandou-me [...] tipo só tinha uma faca e um garfo à minha beira e eu mandei-lhe com a faca, também não era para lhe acertar no olho, nem era sequer para lhe acertar, era para mandar para o chão só que aquilo foi muito alto [...] e foi para o olho...”– Entrevistado EC03*

*"[...] meti o meu nib, de conta pessoal [...] e no dia que o meu pai recebia porque ele tava a receber, tava a receber o rendimento, nessa altura pelo primeiro mês que ia receber o rendimento de inserção*

*E.: Foi para tua conta?*

*P. P.: Foi para a minha conta e tipo prontos [...] e depois claro que as coisas são descobertas [...]"– Entrevistado EC04*

Na Casa do Vale, para além das condutas expressas pelos principais agressores, alguns dos jovens vítimas, no decorrer das entrevistas relataram a ocorrência de agressões físicas e/ou psicológicas, dos seus colegas residentes perante eles, revelando na sua narrativa o desejo da mudança deste padrão de comportamentos, para um melhor funcionamento e bem-estar:

*"J. F.: Mudava uma coisa, os comportamentos.*

*E.: Os comportamentos de quem?*

*J. F.: Dos meus colegas [...] porque é assim eles chamam-me roto, chamam-me tudo e eu não gosto."* – Entrevistado EC01

*"Já me agrediram, mas já me agrediram várias vezes, há muitas pessoas aqui, que não se conseguem controlar e às vezes desabafam, nos colegas."* – Entrevistado EC04

Contrariamente, no Lar da Santa Cruz, a maioria das crianças e das jovens residentes apresentam comportamentos positivos, ou seja as ações e os comportamentos vão ao encontro das normas sociais e de funcionamento da Casa de Acolhimento. Contudo existem alguns comportamentos de oposição face às figuras de autoridade, como por exemplo à Diretora Técnica.

*"Acho que tenho um bom comportamento, às vezes descontrolo-me um bocado nas respostas, mas isso acho que no geral tenho um bom comportamento [...]"* – Entrevistada EL01

*"Eu porto-me bem. Porto-me bem, quase nunca fico de castigo."* – Entrevistada EL03

*"Porto-me bem, às vezes, uma vez ou outra faço uma asneira."* – Entrevistada EL08

*"Sou muito calma, demasiado calma, por exemplo eu não vou dizer nome, porque uma menina em específico abusa e eu sei-me defender mas eu, simplesmente, não ligo porque a minha mentalidade é, só é estúpido o suficiente quem é aquele que quer ganhar a discussão, por isso eu tento ignorar. É assim que eu penso."* – Entrevistada EL09

Por outro lado, duas jovens do género feminino apresentam condutas menos próprias ou episódios de comportamentos negativos e comportamentos de risco, como é possível verificar nas narrativas, apresentadas:

*"J. P.: Burlei uma rapariga, daqui de dentro, mas uma deficiente.*

*E.: O que é que tu fizeste?*

*J. P.: Então ela tinha um cartão da Primark, que recebeu no Natal e disse que não o queria e perguntou se eu queria e eu disse que sim aceitei e a L. achou que isso foi crime e depois fui gastá-lo, para as compras, claro. E a L. disse que isso tinha sido muito mau e não sei que e fui para tribunal, com esta conversa toda eu e a J." – Entrevistada EL06*

*"E.: Tu portaste bem?*

*M.: Mais ou menos.*

*E.: Então, o que é que costumás fazer, quando não te portas mal?*

*M.: Algumas vezes bato nas meninas.*

*E.: Quais meninas?*

*M.: Nas meninas da minha escola." – Entrevistada EL10*

*"J. P.: Atualmente, só dou umas passas a L. anda atrás de mim, para ver se me descobre a fumar só que nunca descobre [...]*

*E.: E outras drogas?*

*J. P.: Já experimentei haxixe, só. Já me deram cannabis uma vez [...]*

*E.: Bebes?*

*J. P.: Regularmente, eu uma vez levei, para o nono ano uma garrafa de vodka preta para a escola foi com um amigo meu de dezoito anos comprar e tivemos a beber, quando saímos." – Entrevistada EL06*

*"E.: Já experimentaste ou consumiste drogas?*

*S.: Já.*

*E.: O que?*

*S.: Ganza*

*E.: E tabaco?*

*S.: Também*

*E.: E álcool?*

*S.: Também, álcool assim em festas.” – Entrevistada EL07*

Os dados e as informações das narrativas das crianças e dos jovens emergem agressões e o abandono escolar e o consumo de álcool, tabaco e estupefacientes, como os principais problemas comportamentais e comportamentos de risco presentes, na amostra em estudo. Se por um lado, na Casa do Vale, os jovens que apresentam este género de condutas já os exerciam, anteriormente. No Lar da Santa Cruz, as crianças e as jovens só manifestam essas condutas após o processo de acolhimento residencial. No entanto, é de fazer notar que as crianças e jovens do género feminino que apresentam esses comportamentos estão sob medida de acolhimento residencial, em maior período de vida, contrariamente, do que ocorre nos jovens do género masculino, pois para estes o motivo de acolhimento residencial consiste na adoção de comportamentos e consumos que colocam em causa o seu desenvolvimento.

#### 2.2.3.1. As Consequências dos Comportamentos

Nesta categoria procura-se compreender quais os castigos, aplicados às crianças e aos jovens que apresentem condutas prejudiciais ao seu desenvolvimento. Relativamente, a esta categoria das consequências face aos comportamentos dos residentes, as duas entidades apresentam respostas semelhantes, contudo para comportamentos distintos.

*"E: Já ficaste de castigo, por algum motivo, aqui na casa?"*

*O.: Já muitas.*

*E: Porquê?"*

*O.: Porque respondi acho eu. Sei lá foram tantas [...] já fiquei sem telemóvel, sem sair já [...]" – Entrevistada EL02*

*"Fiquei sem sair para aí um mês e tal, ao fim de semana..." – Entrevistada EL03*

*"Ás vezes tenho castigos, só por uma coisa mínima, por exemplo nós aqui temos que mostrar os cadernos, se eu me esquecer de mostrar os cadernos fico a arrumar a*



*cozinha, fico de castigo mas por causa de um esquecimento não é porque me portei mal foi só porque me esqueci de mostrar os cadernos.” – Entrevistada EL08*

*“[...] fiquei aqui meses e meses, a comer sozinha e fiquei sem maquilhagem é o pior castigo que me podem dar [...]” – Entrevistada EL09*

No Lar da Santa Cruz, as consequências dos comportamentos menos positivos compreendem retirar as crianças e às jovens aquilo que elas mais gostam, como o telemóvel, as saídas aos fins-de-semana, a mesada e as prendas nos dias festivos. Outro dos castigos praticados é a realização das refeições isoladamente, a realização de tarefas de limpeza na casa, ou alargarem o horário de estudo. As razões e as causas da implementação dos castigos é derivada de classificações negativas na escola, não apresentarem os cadernos da escola às Técnicas e responderem de forma inapropriada ou agressiva às funcionárias ou elementos da Equipa Técnica.

Quando se verifica a repetição dos comportamentos, ou a toma de atos mais graves, como a burla à colega residente, os castigos aplicados são a realização de tarefas de limpeza, a execução de trabalhos, por exemplo em restauração, nos tempos livres e o cancelamento das visitas os familiares, nos fins-de-semana.

*“[...] o castigo foi não ir para a minha madrinha, durante três meses e limpar, tinha tipo uma tabela de tarefas, que era estudava e ia limpar, arrumava o refeitório de manhã e à noite [...]” – Entrevistada EL06*

A entrevistada EL07, que está sob Processo de Apadrinhamento Civil, teve como castigo a reentrada na Casa de Acolhimento, após ter mentido, via online, aos seus amigos acerca do seu estado de saúde.

*“[...] nunca tive assim um castigo que me doesse muito e nunca usaram o meu sentimento pela minha irmã e isso. Agora como estou afastada da minha irmã, custa-me mais [...]” – Entrevistada EL07*

Por sua vez, na Casa do Vale, os castigos são designados como consequências, pois compreende o resultado dos atos dos seus intervenientes, dando-lhe uma

conotação mais positiva, comparativamente à conotação negativa atribuída ao conceito “castigo”. As consequências aplicadas aos comportamentos que afetam o desenvolvimento do jovem abarcam a ida para o quarto, ficar sem os bens que mais gostam, como por exemplo o impedimento de acesso ao telemóvel, à playstation e ao computador, também compreende ficar sem saídas ou realizar a tarefa do colega, caso a consequência provenha de uma discussão ou agressão. Estes castigos resultam de causas como faltar às aulas, desrespeitar os funcionários e/ou elementos da Equipa Técnica e agressões físicas:

*"[...] ia para a cama mais cedo, tiraram-me tudo o que eu tinha direito, tudo o que gostava e eu acho que isso é a melhor coisa que podem fazer [...]" – Entrevistado EC02*

*"[...] subo para o quarto ou é ficar sem playstation ou computador ou ficar sem telemóvel ou fazer a tarefa do outro." – Entrevistado EC03*

*Se eu me portar mal, fico de castigo.*

*E.: E quais é que são os castigos, que tens e porque?*

*B.: Ficar sem telemóvel, não ir ao pc, ou subir para o quarto, às vezes." – Entrevistado EC07*

Todavia, na Casa do Vale as consequências atribuídas são muito similares, não variando conforme o gênero de comportamento ou a repetição do mesmo, pois o mesmo castigo aplicado por ausência às aulas é aplicado a um jovem que agride outro, ou mesmo quando ocorre fugas da Casa de Acolhimento.

*[...] depende tipo, se andar à porrada e isso, tou sujeito a não poder sair, a ficar sem telemóvel, sem computador, sem playstation, a subir mais cedo para o quarto depende. Depende da consequência que os monitores ou os doutores quiserem dar. – Entrevistado EC05*

*"[...] o castigo depende da maneira que for, se faltar às aulas são dois dias sem pc e ps, se bater em alguém, ou se insultar alguém são dois dias também e pc são dois ou três dias nunca é mais. – Entrevistado EC06*

A pouca generalização dos castigos aplicados, tal como a sua previsibilidade podem fazer com que as crianças e os jovens saibam de forma prévia, qual a consequência a ser aplicada ao seu comportamento, demonstrando-se não proporcional, pois um jovem que agride outro ou foge da casa de acolhimento, não deverá ter o mesmo castigo quando falta às aulas ou apresenta uma conduta de oposição face às regras, sem o uso de agressão. As consequências das condutas devem ser proporcionais e diversificados, segundo o comportamento praticado e os seus lesados.

#### *2.2.4. Expetativas em relação ao Futuro*

As Crianças e os Jovens têm o direito de participar, nas tomadas de decisão referentes ao seu Projeto de Vida. Na variável estudada obtiveram-se as seguintes respostas referentes aos Projetos de Vida, tal como os seus desejos, para o seu futuro:

*"E.: Se tivesses que sair da casa de acolhimento para onde é que gostavas de ir?"*

*J. F.: Para uma casa residencial. [...] Por exemplo de adultos, uma instituição de adultos.*

*E.: E é o que estás à espera aqui? Que haja vaga?"*

*J. F.: sim"* – Entrevistado EC01

*"Para onde queria ir, sempre quis e sempre irei, para a beira da minha mãe para a beira da minha família basicamente."* – Entrevistado EC02

*"Para a casa do meu pai."* – Entrevistado EC03

*"Não sei. Sei que em Abril vou a tribunal, por isso logo se vê."* – Entrevistado EC04

*"Para minha casa, sem dúvida. Isso nem se pergunta é na minha casa, meu bairro."* – Entrevistado EC05

*"É tentar arranjar um trabalho só para estabilizar um bocadinho a vida e sair daqui."* – Entrevistado EC08

*"Para a nova família, queria ficar na casa onde estou. Ficar com quem me adotaram"* – Entrevistada EL10

*"E.: Achas que se vais prolongar, por mais tempo?"*

*I.: O quê? Viver em instituições?"*

*E.: Sim.*

*I.: Eu queria mas não, porque nós aos vinte e um aqui temos que ir embora.*

*E.: E tu para além dos vinte e um, querias continuar?"*

*I.: Queria acho que sim. Acho que não, porque temos que dar oportunidade às outras pessoas, mas eu não sei o que vai ser de mim lá fora percebes? Porque eu não tenho ninguém que me ajude a realidade é essa."* – Entrevistada *EL09*

*"Gostava de ir para a minha madrinha, completamente não é que não gostasse de viver uma vida sozinha, mas sei que isso custa muito e para me habituar tenho viver com alguém primeiro e ajudar nas cenas da casa."* – Entrevistada *EL06*

*"Queria viver com o meu namorado"* – Entrevistada *EL02*

*"B.: [...] Para um canto que fosse meu, para uma casa que fosse minha. Acho que é principalmente isso, também [...] não tenho mais nenhum sítio para ir.*

*E.: [...] gostavas de viver sozinha?"*

*B.: Com a minha irmã."* – Entrevistada *EL01*

Relativamente, a esta categoria a maioria das respostas dadas, ou seja oito jovens, gostariam de voltar a viver, com os seus pais, ou com um familiar próximo, como tios, madrinha ou irmã, como se verifica nas entrevistas: *EC02*; *EC03*; *EC05*; *EC06*; *EC07*; *EL05* e *EL08*. Segundo as narrativas dos jovens e das crianças, há jovens que o seu desejo é de continuar a viver com as suas novas famílias e com o apoio e auxílio da sua família de apadrinhamento e adotiva (*EL07* e *EL10*), enquanto outros têm que tentar organizar as suas vidas sem nenhum outro apoio e suporte familiar, como é o caso dos entrevistados *EC08*, *EL03*, *EL01* e *EL02* que pretendem construir uma vida sozinhos, com o apoio da sua irmã também sob medida de acolhimento residencial, ou com o namorado, respetivamente, ou seja estas jovens pretendem seguir com os seus processos de autonomização. Já os entrevistados *EL04* e *EC01* permanecem sob medida de acolhimento residencial até obterem vaga para uma Instituição de Adultos, face

aos seus problemas cognitivos e de aprendizagem, pois necessitam do apoio de uma terceira pessoa, para toda a sua vida.

Todavia, no decorrer das observações e entrevistas, no Lar da Santa Cruz, as jovens mais velhas evidenciaram receio face ao futuro, pois nunca vivenciaram experiências sozinhas, contando sempre com o apoio e segurança da Casa de Acolhimento. Na observação *OL02*, as jovens num diálogo, no seu quarto relataram que a Casa de Acolhimento sempre lhes proporcionou os essenciais básicos à vida e conforto e que nunca conheceram outra realidade face aos anos sob medida de acolhimento residencial. A entrevistada *EL09*, durante a sua narrativa também referenciou esta problemática, pois independentemente dos seus projetos de vida, as jovens não reconhecem esta medida suficiente e esclarecedora face ao seu futuro, revelando um sentimento de insegurança, relativamente, ao seu Projeto de Vida:

*"[...] não quero tar sozinha, nunca tive sozinha na vida, percebes? E vou sair daqui e opá eu sei que as doutoras estão sempre disponíveis, para me ajudar a mim e a todas, mas é completamente diferente porque sou eu, tenho que fazer tudo sozinha, sou eu que tenho que pagar a renda, a luz, a água, não sei. Que tenho que trabalhar e mais não sei quê e sei lá. Não sei se sou capaz de conciliar tudo e nem sei se sou capaz de sei lá, tar sozinha assim, não sei, não sei. Pode ser que corra bem ou pode ser que não [...]" – Entrevistada EL09*

Ao encontro de outros autores como Ferreira (2013), as narrativas do presente estudo também apresentam que as opiniões parecem unânimes em relação às expectativas face ao futuro, pelo desejo das crianças e dos jovens voltarem para as suas casas, ou para junto de familiares próximos. No entanto, existem jovens que o seu projeto de vida se centre no seu processo de autonomização, uma vez que foram privados de um ambiente familiar adequado. Os próprios jovens reconhecem a impossibilidade e a incapacidade dos seus familiares assumirem de forma adequada os seus papéis.

## 2.2. Relação do Significado atribuído à Casa de acolhimento com os Comportamentos das crianças e jovens

A investigação efetuada no Lar da Santa Cruz e na Casa do Vale referentes ao género feminino e masculino, respetivamente permitiram relacionar as representações e significado atribuído à Casa de acolhimento da criança e do jovem aos Problemas Comportamentais e Comportamentos de Risco, presentes na amostra em estudo. As representações e significados atribuídos à Casa de Acolhimento, onde a criança ou o jovem reside são caracterizados como Positivo ou Negativo. O Significado Positivo é compreendido pelas representações às quais as crianças e os jovens acolhidos evidenciam aspetos positivos e características satisfatórias à sua entidade residencial. Por outro lado, o Significado Negativo é caracterizado pelas representações que demonstram aspetos negativos e caracterizam a sua medida de promoção e proteção como insatisfatória.

Os Problemas Comportamentais são caracterizados e identificados, segundo as definições do Relatório CASA. Assim sendo são classificados consoante o seu género, gravidade e frequência, em Comportamentos Ligeiros, Médios e Graves. Em que se verifica os Comportamentos Ligeiros mais próximos à Perturbação de Oposição e Desafio, enquanto os Comportamentos Graves se aproximam de Tendências Antissociais, segundo o Capítulo III, da Parte I da presente dissertação.

A relação entre os Significados atribuídos à Casa de acolhimento e os Comportamentos presentes nos seus residentes é resumida na seguinte tabela, através das informações e dados recolhidos por Observação Participante e os Inquéritos por Entrevista:

Entrevistado	Comportamentos	Significado atribuído à Casa de acolhimento	Notas
<u>Rapazes</u>			
EC01	Sem Problemas Comportamentais relevantes.	Positivo	Vítima de agressão física e psicológica por parte dos seus colegas residentes.

			Medicado com <i>Akineton</i> (4 mg); <i>Bunil</i> (25 mg); <i>Diplexil</i> (500 mg); <i>Norizan</i> (25 mg) e <i>Paroxetina</i> (20 mg).
<i>EC02</i>	Sem Problemas Comportamentais relevantes.	Positivo	
<i>EC03</i>	Apresenta Comportamentos Graves, face ao uso de arma branca contra um colega residentes e Comportamentos de Risco associados ao consumo de estupefacientes e tabaco.	Positivo	Medicado com <i>Aripiprazol</i> (10 mg); <i>Diplexil R</i> (250mg); <i>Olanzapina</i> (10 mg).
<i>EC04</i>	Apresenta Comportamentos Médios face ao furto praticado ao pai biológico e Comportamentos de Risco associados ao consumo de álcool.	Positivo	Vítima de agressão física e psicológica por parte dos seus colegas residentes.
<i>EC05</i>	Apresenta Comportamentos Médios e Comportamentos de Risco associados ao consumo de estupefacientes, álcool e tabaco.	Negativo	Medicado com <i>Invega</i> (9mg)
<i>EC06</i>	Apresenta Comportamentos Médios e Comportamentos de Risco associados ao consumo de estupefacientes, álcool e tabaco.	Negativo	Medicado com <i>Invega</i> (6 mg)
<i>EC07</i>	Sem Problemas Comportamentais relevantes; Apresenta Comportamentos de Risco associados ao consumo de estupefacientes e álcool.	Positivo	Medicado com <i>Seroquel SR</i> (50 mg)
<i>EC08</i>	Sem Problemas Comportamentais relevantes.	Positivo	
<u>Raparigas</u>			
<i>EL01</i>	Sem Problemas Comportamentais relevantes.	Positivo	
<i>EL02</i>	Sem Problemas Comportamentais relevantes.	Negativo	
<i>EL03</i>	Sem Problemas Comportamentais relevantes.	Positivo	
<i>EL04</i>	Sem Problemas Comportamentais relevantes.	Positivo	Medicada com <i>Risperidona</i> (0,5mg)
<i>EL05</i>	Sem Problemas Comportamentais relevantes.	Positivo	
<i>EL06</i>	Apresenta Comportamentos Ligeiros e Comportamentos de Risco associados ao	Positivo	

	consumo de estupefacientes, álcool e tabaco.		
<i>EL07</i>	Apresenta Comportamentos Ligeiros e Comportamentos de Risco associados ao consumo de estupefacientes e tabaco.	Positivo	Medicada com <i>Fluvoxamina</i> (50 mg)
<i>EL08</i>	Sem Problemas Comportamentais relevantes.	Positivo	
<i>EL09</i>	Sem Problemas Comportamentais relevantes.	Positivo	
<i>EL10</i>	Sem Problemas Comportamentais relevantes.	Positivo	

*Tabela 7. Caracterização dos Problemas Comportamentais e Comportamentos de Risco da Amostra, em Estudo.*

O Estudo de Caso não permite a generalização dos resultados, permitindo contudo a descrição de eventos da vida real das crianças e jovens, da amostra estudada de forma particular. No presente estudo, podemos verificar a existência de Comportamentos Médios (*EC04*; *EC05* e *EC06*), em três residentes da Casa do Vale havendo apenas um jovem com Comportamentos Graves (*EC03*). Os jovens que apresentam problemas comportamentais também evidenciam Comportamentos de Risco caracterizados pelo consumo esporádico de substâncias prejudiciais ao seu desenvolvimento, existindo um caso de Comportamentos de Risco associado também ao consumo esporádico de estupefacientes e de álcool (*EC07*).

O jovem – *EC03* apresenta Comportamentos Graves face ao uso de arma branca, mais precisamente de uma faca contra um colega e a frequência de agressões e ameaças aos seus colegas residentes, monitores e elementos da Equipa Técnica. Durante, as observações o jovem foi evidenciado diversas vezes, no Diário de Bordo devido aos seus comportamentos:

*"Verificou-se que o jovem R. apresentava alguns comportamentos inapropriados, não respeitando as regras e por vezes utiliza a linguagem calão nos seus diálogos [...]" – OC02*

*"No decorrer da tarde, o J., vem à Casa de acolhimento comer qualquer coisa e existe uma troca de ofensas e ameaças entre ele e o jovem R.. Onde se ouve o J. dizer "ele*



*chamou-me otário”, tendo que haver interação e separação dos jovens por parte de um monitor e do Dr. P..” – OC02*

*“Enquanto continuávamos a jogar UNO (eu e as restantes estagiárias), o jovem R. iniciou atrito com o Dr. P., dizendo-lhe “desencosta daqui”, havendo a intervenção também do monitor P.. O R. passou o resto do tempo bastante irrequieto, a assobiar fazendo barulho com um apito e constantemente, a bater com força, na porta do escritório da Direção.” – OC02*

*“O R. demonstra ser um rapaz muito irrequieto, com algumas perturbações a nível cognitivo, constantemente a gozar com as situações e por vezes com o que eu digo, apenas para se fazer de engraçadinho e receber alguma atenção. É um jovem com 18 anos bastante imaturo e com mau comportamento” – OC05*

Todavia, o jovem não apresentou uma representação negativa à sua Casa de Acolhimento, atribuindo um significado positivo à mesma. O jovem de dezoito anos, evidência problemas cognitivos e de aprendizagem e é medicado, conforme a Tabela 7., para controlo dos seus atos e comportamentos.

Por sua vez, os jovens entrevistados *EC05* e *EC06*, ambos apresentam Problemas Comportamentais Médios devido a fugas da Casa de Acolhimento, agressões e ameaças aos jovens residentes, monitores e elementos da Equipa Técnica e faltas frequentes às aulas. Ambos os jovens nas suas narrativas atribuíram um significado negativo à Casa de Acolhimento e apresentam Processos Tutelares Educativos, enquanto *EC05* está sob medida de realização de tarefas a favor da comunidade e *EC06* aguarda intervenção do Tribunal para a execução de medida de internamento, em Centro Educativo.

*“J. P.: Não. Tipo eles não deixam (passar os fins-de-semana com a família) ainda não deixam, por causa não obedeco em nada. Eu pego e vou na mesma.*

*E.: Então supostamente, tu não tens autorização?*

*J. P.: Claro.*

*E.: Mas tu vais?*

*J. P.: Claro.*

*E.: E depois voltas, ou alguém te vai buscar?*

*J. P.: Não. Volto quando eu quiser, quando me apetecer voltar.*

*E.: Então e ninguém vai à tua procura ou a polícia?*

*J. P.: Vão à polícia, ligam para a minha família, mas tranquilo...*

*E.: E a tua família não te vem trazer?*

*J. P.: Não, porque eu não quero. Digo que não venho e não venho mesmo.” – EC05*

*"O jovem J.P. contou à monitora M. que disse a J., que podia fumar umas ganzas com ele de vez enquanto, mas para ele não abandonar a casa e meter-se com pessoal mais velho, pois poderia ser perigoso.” – OC03*

Os adolescentes são também medicados para o controlo dos seus comportamentos, mas sem sucesso aparente, pois continua a manifestar as condutas inapropriadas.

O entrevistado *EC04* também apresenta Comportamentos Médios e Comportamentos de Risco, contudo os seus comportamentos são referentes a um furto praticado contra o seu progenitor e por brincadeiras, que por vezes não correm como previsto:

*"Enquanto a estagiária J. ajudava o F., o jovem P. puxou-lhe a cadeira fazendo com que esta caísse, no chão. Ele pediu, imediatamente desculpa e a estagiária disse-lhe que aquilo não era brincadeira nenhuma.” – OC03*

A Casa de Acolhimento representa um significado positivo para este jovem e não há referência da toma de qualquer género de medicação, para controlo do seu comportamento, pois este jovem não demonstra ser uma ameaça física.

O entrevistado *EC07*, por sua vez apenas apresenta Comportamentos de Risco associado ao consumo de estupefacientes e álcool, não relevando problemas comportamentais relevantes na entrevista e durante as observações, contudo o adolescente é medicado para controlo do seu comportamento, como se verifica na Tabela 7. O jovem tal como o mencionado, anteriormente também atribui à Casa de Acolhimento um significado positivo.

Por outro lado, as jovens sob medida de acolhimento residencial no Lar da Santa Cruz, que demonstram Comportamentos Ligeiros também evidenciam consumo esporádico de substâncias prejudiciais ao seu desenvolvimento. No género feminino apurou-se que existem duas jovens com Problemas Comportamentais Ligeiros e Comportamentos de risco (*EL06* e *EL07*), relativamente, a comportamentos repetitivos de baixo rendimento escolar, faltas às aulas, falta de respeito perante funcionárias e elementos da Equipa Técnica e ainda por burla a uma colega residente, verificado na entrevistada *EL06*.

A entrevistada *EL07*, os Comportamentos Ligeiros compreendem os comportamentos de mentira repetitivos, face ao seu estado de saúde. Contudo ambas as jovens revelaram consumo de substâncias prejudiciais ao seu desenvolvimento e atribuem um significado positivo relativamente à sua entidade de acolhimento. A entrevistada *EL08* também auxiliou e realizou a burla juntamente com a *EL06*, contudo não revela outros problemas comportamentais relevantes, para ter um comportamento classificado como problemático, pois foi um ato isolado, comparativamente aos outros entrevistados com problemas comportamentais evidentes e repetitivos. Comparativamente, à medicação tomada para controlo comportamental apenas se verifica numa das jovens entrevistadas *EL04*, todavia esta não apresenta problemas comportamentais, tal como verificado no entrevistado *EC01*, na Casa do Vale. A entrevistada *EL07* recorre ao uso de medicamentos, mas para a *Depressão*, não para o controlo do seu comportamento.

Em súmula, revemos que os cinco jovens do género masculino que apresentam Problemas Comportamentais e/ou Comportamentos de Risco, apenas dois (*EC05* e *EC06*) atribuem um significado negativo à Casa de Acolhimento, ao contrário do que se verifica nas duas jovens do género feminino que apresentam Problemas Comportamentais, pois ambas atribuem aspetos positivos ao seu processo de acolhimento residencial.

### **Capítulo III – Conclusão**

Após reflexão em questões de âmbito teórico e perspectivadas na investigação, o conhecimento adquirido através das narrativas das crianças e jovens apresentou-se como um suporte indispensável para a compreensão das representações, significados e expectativas em relação à causa da medida de acolhimento residencial, da sua Casa de Acolhimento, do seu Comportamento, dos Castigos aplicados, em cada residência e do Futuro e Projeto de Vida de cada elemento, em estudo.

A etapa de recolha de informação e dados, sobretudo com as crianças e os jovens, mostrou-se na nossa opinião, a parte central e fulcral de todo o estudo, na medida em que nos permitiu construir, estruturar e organizar toda uma conjuntura de aspetos que considerámos essenciais, para a resolução final deste trabalho.

Relativamente, às dinâmicas internas das crianças e jovens sob medida de acolhimento residencial, no Lar da Santa Cruz e na Casa do Vale foi possível observar e verificar através das Observações Participantes e dos Inquéritos por Entrevista que existem diferenças comportamentais entre os géneros feminino e masculino. No género masculino, na Casa do Vale apurou-se que existe três jovens com Problemas Comportamentais Médios em conjunto também com Comportamentos de Risco, um jovem com Problemas Comportamentais Graves e Comportamentos de Risco e outro com apenas Comportamentos de Risco. Concluímos que os Problemas Comportamentais e de Risco mais graves analisados nas Casas de Acolhimento, em estudo evidenciam que a sua maioria se identifica nos jovens do género masculino, como podemos observar ao longo da investigação apresentada.

Por sua vez, no Lar da Santa Cruz verificou-se que existem duas jovens com Problemas Comportamentais Ligeiros em conjunto com Comportamentos de Risco associados ao consumo de tabaco, álcool e estupefacientes.

Em relação aos castigos, no Lar da Santa Cruz, na nossa opinião, as consequências dos comportamentos das jovens são bem atribuídos e não são similares como ocorre na Casa do Vale, pois no Lar os castigos são diferentes para cada tipo de conduta sendo esta mais ligeira ou grave e proporcional ao comportamento negativo. Todavia, no Lar da Santa Cruz, os castigos atribuídos são rígidos face aos comportamentos das crianças e jovens acolhidas residentes, nesta entidade, uma vez que as crianças e as jovens não apresentam problemas comportamentais e comportamentos de risco relevantes, poderá haver uma maior tolerância por parte dos elementos da Equipa Técnica face às condutas próprias da faixa etária e da personalidade de cada jovem.

Comparativamente, a Casa do Vale apresenta consequências similares, para os comportamentos dos jovens, sendo até previsíveis, para os adolescentes que frequentemente apresentam condutas inapropriadas. Assim sendo, o fator surpresa e a diversificação dos castigos, relativamente, aos Problemas Comportamentais poderá ser uma solução apropriada, para os jovens ficarem apreensivos na tomada de condutas negativas. A incerteza da consequência atribuída ao seu comportamento e a adoção de castigos mais proporcionais à gravidade e frequência dos comportamentos poderá ser, na nossa opinião, uma das soluções para a resolução da problemática dos comportamentos negativos.

Através das Observações Participantes e dos Inquéritos por Entrevista, verificamos que consoante a presença de certos elementos da Equipa Técnica as regras se modificavam, pois por exemplo os jogos que apresentam algum tipo de violência e criminalidade são proibidos, na Casa do Vale, todavia quando os elementos que proíbem essa atividade de jogos inapropriados para as faixas etárias dos residentes, não estão presentes, os outros funcionários e outros elementos da Equipa Técnica colaboram com esta atividade. O que poderá ser prejudicial face à educação das crianças e jovens acolhidos, pois as regras e normas devem ser únicas e não variáveis conforme os seus intervenientes, evidenciando uma rotina e a prevalência de princípios e valores.

Relativamente, aos Comportamentos de Risco, durante as observações constatamos que os jovens com idade inferior e igual a dezoito anos pedem

autorização aos responsáveis presentes se podem ir fumar, verificando-se por vezes um conjunto de pessoas à entrada da Casa do Vale tanto de jovens como de monitores, a fumarem. Ao verificarmos esta realidade, concluímos que os funcionários, monitores e elementos da Equipa Técnica não deve pactuar com este tipo de Comportamento de Risco. Propomos assim a elaboração de Ações Formativas e Informativas, para a intervenção dos Comportamentos de Risco associados ao consumo de álcool, tabaco e estupefacientes, principalmente em crianças e jovens menores de dezoito anos, tal como a proibição nas Casas de Acolhimento, destas substâncias a fim de promover um desenvolvimento saudável da criança e do jovem.

Quanto às limitações que acompanharam a presente investigação, salientamos a dificuldade em encontrar conteúdo teórico, especificamente quando se tratou de fundamentar os Problemas Comportamentais das crianças e dos jovens, predominando os estudos circunscritos à Delinquência Juvenil e a Transtornos Psíquicos, tal como a inexistência de estudos face aos Castigos atribuídos, nas Casas de Acolhimento, a nível nacional.

Por fim, resta-nos evidenciar a necessidade de dar continuidade a este tipo de pesquisas, nas quais procura aceder às narrativas das crianças e dos jovens e propomos uma continuidade dos estudos, com a devida profundidade das diversas temáticas presentes, no estudo, como por exemplo o funcionamento das Casas de Acolhimento, face às respostas aos problemas comportamentais e aos comportamentos de risco.

A necessidade da elaboração de procedimentos e abordagens, tal como políticas sociais e um conjunto de medidas individuais, sociais e clínicas, para diminuir a problemática que se verifica nas crianças e jovens sob medida de acolhimento residencial, como os Problemas Comportamentais e os Comportamento de Risco é evidente. O principal objetivo da medida de acolhimento residencial é *"contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivos exercício dos direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-*

*estar e desenvolvimento integral*” (Assembleia da República, 1999a). Assim, é necessário que esta finalidade do acolhimento residencial se verifique nas entidades responsáveis pelo processo de acolhimento de cada criança e jovem, tendo sempre a atenção o seu superior interesse e da sua participação, como ator social e sujeito de direitos, ou seja prevalecendo a intervenção das crianças e dos jovens na elaboração dos estudos e políticas, no âmbito da Sociologia da Infância.

A presente investigação procura demonstrar que as crianças e os jovens residentes em Casas de Acolhimento descrevem um importante percurso de vida, desde que se encontram numa situação de perigo e de risco até à fase de regresso ao meio social de vida, passando pelo processo de acolhimento. No estudo verificamos que este percurso não é, de modo algum linear, apresentando-se por vezes retratado por saídas e regressos à Casa de Acolhimento ou à mudança das entidades de acolhimento residencial. Contudo, após a entrada em processo de acolhimento é hora de proporcionar a essas crianças e jovens, a oportunidade de criação de um melhor presente e futuro. Para tal é necessário estabelecer relações saudáveis e vinculativas entre os técnicos, amigos e professores, dar continuidade, se possível, às ligações e relações familiares e por outro lado, auxiliar a própria criança e jovem na aceitação do seu passado. Estes elementos *"a pouco e pouco deixam a infância como um período marcado pela agressividade e o sofrimento e passa a ser vivida como idade de desenvolvimento e de felicidade"* (Barroso, sem data).

Concluimos ainda, que é fundamental reunir as condições adequadas que promovam a reparação dos sentimentos negativos face ao passado da criança e do jovem, como também dos sentimentos negativos face ao processo de acolhimento, permitindo que as representações mentais negativas sejam remodeladas. Neste sentido, torna-se essencial contribuir para que estas crianças e jovens possam ter acesso a boas experiências relacionais, continuadas no tempo, assumindo as figuras cuidadoras a sua importância, na construção de

comportamentos e condutas positivas e que assegurem um saudável desenvolvimento.



## **PERSPETIVAS FUTURAS**

Neste trabalho de dissertação procurou-se analisar e compreender as narrativas de crianças e jovens sob medida de acolhimento residencial, em Casas de Acolhimento, de forma a relacionar os significados atribuídos à sua entidade residencial, com os Problemas Comportamentais e Comportamentos de Risco evidenciados.

Contudo, no final de um estudo existe sempre a sensação de que ainda havia muito para fazer, realizar e mais amostras possíveis de serem estudadas e representadas, uma vez que a problemática em estudo é demasiado complexa e extensa. Assim sendo ao longo do desenvolvimento e redação da presente dissertação, verificou-se com auxílio da população em estudos, bem como dos funcionários, monitores, equipas técnicas e diretoras técnicas, outras problemáticas possíveis de estudar, num futuro próximo, como a análise do funcionamento dos Lares de Infância e Juventude e das Casas de Acolhimento, tal como os seus trabalhadores e elementos envolventes, não centrado apenas estes estudos à realidade das crianças e dos jovens, mas também à realidade dos adultos presentes neste meio, pois tal como qualquer outro ser evidenciam problemáticas relevantes de serem estudadas, como o paradigma da sua vida pessoal com a vida profissional e o apoio psicológico que necessitam, para o desempenho saudável das suas funções.

No decorrer do estudo também evidenciamos carências das abordagens de problemáticas atuais e presentes, na vida das crianças e dos jovens, em idade de desenvolvimento e maturação, como a Sexualidade evidenciado a normalidade das relações homossexuais, os Comportamentos de Risco, sobretudo temas relativos aos estupefacientes, pois no decorrer das entrevistas e observações, os jovens não sabiam identificar as diferentes drogas existentes, o que pode levar ao seu consumo, sem a consciência necessária. Sendo assim é necessário, nas entidades responsáveis por crianças e jovens exista formações relativas a esses tipo de temas, de forma a informar e consciencializar as suas populações residentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberto, I. M. (2008). «Como pássaros em gaiolas?»: Reflexões em torno da institucionalização de crianças e adolescentes em risco. Em C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes, volume 2: crianças* (3ª, pp. 209–227). Coimbra: Quarteto.
- American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. (Artmed, Ed.) (5ª).
- APAV - Associação portuguesa de apoio à vítima. (2011). *Manual crianças e jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir*.
- Assembleia da República. Convenção sobre os direitos da criança, Diário da República § (1990).
- Assembleia da República. Lei n.º 147/99, Diário da República § (1999). Lei de protecção de crianças e jovens em perigo.
- Assembleia da República. Lei n.º 166/99, Diário da República § (1999). Lei Tutelar Educativa.
- Assembleia da República. Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto, Diário da República § (2003).
- Assembleia da República. Lei Constitucional n.º 1/2005, Diário da República § (2005). Sétima revisão constitucional.
- Assembleia da República. Lei n.º 142/2015, Diário da República § (2015). Segunda alteração à Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.
- Bardin, L. (2013). *Análise de conteúdo*. (Edições 70, Ed.). Lisboa.
- Barroso, Z. (sem data). Ser criança não deveria doer... contribuição para a construção de uma tipologia de maus tratos às crianças. *Actas dos ateliers*

- do Vº Congresso Português de Sociologia*, pp. 166–173.
- Bogdan, R., & Biklen, K. S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria a aos métodos*. Porto Editora.
- Bolsoni-Silva, A. T., & Prette, A. Del. (2003). Problemas de comportamento: um panorama da área. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 91–103.
- Bowlby, J. (1958). The nature of the child's tie to his mother. *International Journal of Psycho-Analysis*, 39, 350–373.
- Canha, J. (2008). A criança vítima de violência. Em C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes, volume 2: crianças* (3ª, pp. 17–37). Coimbra: Quarteto.
- Cansado, T. (2008). Institucionalização de crianças e jovens em Portugal continental: o caso das instituições particulares de solidariedade social. *Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra*.
- Casas, F. (2006). Infancia y representaciones sociales. *Política y Sociedad*, 43(1), 27–42.
- César, O. (sem data). Legislação protecção de crianças. Obtido 11 de Julho de 2017, de [http://www.cnpcjr.pt/Manual\\_Competencias\\_Comunicacionais/int\\_legislacao\\_protcriancas.html](http://www.cnpcjr.pt/Manual_Competencias_Comunicacionais/int_legislacao_protcriancas.html)
- Child Welfare Information Gateway. (2013). Consecuencias a largo plazo del maltrato de menores.
- Clemente, I. F. (2008). *Autoconceito e problemas de comportamento em crianças com dificuldade de aprendizagem*. Dissertação de Mestrado da Universidade de Lisboa.

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.  
(sem data-a). As crianças têm direitos. Obtido 6 de Julho de 2017, de  
<http://www.cnpcjr.pt/left.asp?12.01>

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.  
(sem data-b). Conceito de criança. Obtido 5 de Julho de 2017, de  
<http://www.cnpcjr.pt/left.asp?13.01>

Conceitos. (2014). Jovem - Conceito, o que é, significado. Obtido 5 de Julho de  
2017, de <https://conceitos.com/jovem/>

Dalfovo, M. S., Lana, R. A., & Silveira, A. (2008). Métodos quantitativos e  
qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*,  
2(4), 01–13.

Declaração universal dos direitos do Homem (1948).

Direção-geral da Saúde. (sem data). *Problemas de comportamento na criança e  
no adolescente*.

Direção-geral da Saúde. (2011). *Maus tratos em crianças e jovens: Guia Prático  
de abordagem, diagnóstico e intervenção*.

Direção-geral de reinserção social. (sem data). Processo tutelar educativo. Obtido  
22 de Julho de 2017, de  
[http://www.dgrs.mj.pt/c/portal/layout?p\\_l\\_id=PUB.1001.67](http://www.dgrs.mj.pt/c/portal/layout?p_l_id=PUB.1001.67)

Distúrbios de comportamento em crianças, os tipos de problemas  
comportamentais em crianças, transtorno desafiador de oposição, transtorno  
da conduta , transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, tratamento.  
(sem data). Obtido 28 de Julho de 2017, de [http://sulla-  
salute.com/saude/saude-mental/disturbios-de-comportamento-em-  
criancas.php](http://sulla-salute.com/saude/saude-mental/disturbios-de-comportamento-em-criancas.php)

Eisenstein, E. (2005). Adolescência: definições, conceitos e critérios.

*Adolescência e Saúde*, 2(2), 6–7.

Feijó Becker, R., & Amaro de Oliceira, É. (2001). Comportamento de risco na adolescência. *Jornal de Pediatria*, 77, S125–S134.

Ferreira, T. (2013). *Crianças e jovens institucionalizados: representações e expectativas em relação à família biológica*. Dissertação de Mestrado da Universidade do Minho.

Frota, A. M. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1(1), 144–157.

Gerhardt, Tatiana Engel Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Editora da UFRGS.

Instituto da Segurança Social, I. P. (2012). *CASA 2011 - Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*.

Instituto da Segurança Social, I. P. (2013). *CASA 2012 - Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*.

Instituto da Segurança Social, I. P. (2014). *CASA 2013 - Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*.

Instituto da Segurança Social, I. P. (2015). *CASA 2014 - Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*.

Instituto da Segurança Social, I. P. (2016). *CASA 2015 - Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*.

Instituto da Segurança Social, I. P. (2017). *CASA 2016 - Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*.

Jerónimo Ribeiro, M. (2009). *Do outro lado da margem: a delinquência juvenil vista por rapazes e raparigas adolescentes*. Dissertação de Mestrado do

Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Júnior, V. A., & Ferreira, P. V. (sem data). Convenção sobre os direitos da criança. Obtido 7 de Julho de 2017, de <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado11.htm>

Lessa de Oliveira, C. (2008). Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. *Travessias*, 2(3).

Manata, C. (2008). ... no superior interesse da Criança. *Seminário Direitos das Crianças e Intervenção que competências?*, p. 10.

Marinho Paiva, W. (2012). *Institucionalização e infância: vivências e representações das crianças*. Dissertação de Mestrado da Universidade do Minho.

Mendes dos Santos, M. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco - a experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos*. Dissertação de Mestrado da Universidade de Coimbra.

Ministério da Justiça. Decreto-lei n.º 401/82, de 23 de Setembro, Diário da República § (1982). Regime aplicável em matéria penal aos jovens com idade compreendida entre os 16 e os 21 anos.

Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro. Código Civil, Diário do Governo § (1966).

Morais da Costa, L. (2014). *Crianças e jovens institucionalizados: o desafio da inclusão escolar*. Projeto de Graduação da Universidade Fernando Pessoa.

Moura Faria, S., Barbosa Salgueiro, A., Ribeiro Trigo, M., & Marques Alberto, I. (2008). As narrativas de adolescentes institucionalizadas: percepções em torno das vivências de institucionalização. *Atas eletrónicas do Congresso*

- Mubarak Sobrinho, R. (2008). Metodologias de investigação com crianças: outros mapas, novos territórios para a infância. *e-cadernos ces*.
- National Survey of child and adolescent well-being. (2012). Adolescents with a history of maltreatment have unique service needs that may affect their transition to adulthood. *Office of planning, research and evolution, administration for children and families*.
- Nunes de Almeida, A., André, I., & Nunes de Almeida, H. (1999). Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família. *Análise Social*, XXXIV(150), 91–121.
- Pereira Quintães, C. (2009). *Era uma vez a instituição onde eu cresci: narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Dissertação de Mestrado da Universidade do Minho.
- Pinhel, J., Torre, N., & Maia, J. (2009). Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: representações de vinculação e problemas de comportamento associado. *Análise Psicológica*, 4(XXVII), 509–521.
- Problemas de comportamento. (sem data). Obtido 28 de Julho de 2017, de <https://www.portaldasaudemental.pt/interferencias-na-saude-mental/problemas-de-comportamento/>
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. Em *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade* (pp. 76–97). Atlas.
- Simões Prata, C. (2013). *Crianças institucionalizadas: Que expectativas? Que futuro?* Dissertação de Mestrado da Universidade da Beira Interior.
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia e Sociedade*,

1(18), 71–80.

Sousa Saramago, S. (2001). Metodologias de pesquisa empírica com crianças. *Sociologia, problemas e práticas*, 35, 9–29.

Teixeira Camacho, L. (2012). *O desenvolvimento psicossocial de crianças e jovens em risco institucionalizadas*. Dissertação de Mestrado do Instituto Superior de Línguas e Administração.

Toth, S., & Cicchetti, D. (2004). Maus-tratos na infância e o seu impacto sobre o desenvolvimento psicossocial da criança. *Enciclopédia sobre o desenvolvimento na primeira infância*, 6.

UNICEF. (sem data). A UNICEF. Obtido 21 de Agosto de 2017, de <http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101110&m=1>

UNICEF. A Convenção sobre os Direitos da Criança (2004).

Vectore, C., & Carvalho, C. (2008). Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, 12(2), 441–449.



## **ANEXOS**

## **ANEXO A – Protocolos de Colaboração**

## ANEXO A1 – Protocolo de Colaboração Lar da Santa Cruz

Rute +  
Al

## Protocolo de Colaboração

### Lar da Santa Cruz, IPSS – Lar de Infância e Juventude

A aluna *Rute Catarina de Correia Ferreira*, estudante do Mestrado em Ciências Policiais, na especialização de Criminologia e Investigação Criminal, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pretende desenvolver uma investigação científica cujo título é **"A Casa de Acolhimento onde eu vivo: Narrativas de Crianças e Jovens sob medida de Acolhimento Residencial"**, sob orientação científica do *Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães*.

A proposta de investigação tem como objetivos:

- Analisar as narrativas de crianças e jovens, sob execução de medida de acolhimento residencial, acerca dos significados e representações que atribuem à sua casa de acolhimento;
- Identificar, caraterizar e discutir os motivos ou razões na base da medida de acolhimento residencial;
- Compreender e analisar os significados e representações das crianças e jovens acolhidos durante a execução da medida de acolhimento residencial;
- Identificar as diferenças nas narrativas, dos diferentes géneros;
- Nas trajetórias de vida das crianças e jovens com reconhecimento de problemas comportamentais, identificar e caraterizar as mudanças comportamentais, após a entrada na casa de acolhimento.

A investigação é de carácter qualitativo e recolherá informação através do Estudo de Caso, nomeadamente recorrendo à descrição detalhada dos fenómenos e comportamentos; relatos na primeira pessoa sobre experiências ou vivências; gravações e transcrições de entrevistas.

Para viabilizar o levantamento de informação utilizaremos os seguintes instrumentos de pesquisa: observação participante, análise e inquéritos por entrevistas.

Tendo em conta os pressupostos, torna-se necessário explicar os modos de colaboração da Casa de Acolhimento:

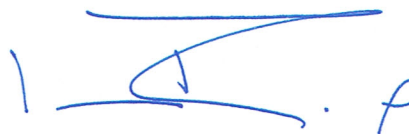
- Autorizar a participação, na presente pesquisa de algumas crianças ou jovens, no grupo etário entre os 6 e os 24 anos, sendo que a escolha destes atores sociais será acautelada por princípios éticos;

- Permitir que durante os meses de Janeiro a Abril de 2017 a investigadora possa participar nas atividades quotidianas das crianças e dos jovens;
- Autorizar a realização da gravação das entrevistas com as crianças e os jovens.

A investigadora, por sua vez compromete-se:

- Assegurar as autorizações legais para a realização da investigação;
- A informar as crianças e os jovens acerca da natureza da investigação e ainda a tornar explícito que a sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo para a criança;
- A qualquer momento, a criança e a casa de acolhimento poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados com este estudo;
- Salvar o anonimato da criança e de todos os envolvidos, através do recurso a pseudónimos na dissertação final;
- Entregar uma cópia final dos resultados da investigação.

Matosinhos, 13 de Janeiro de 2017.

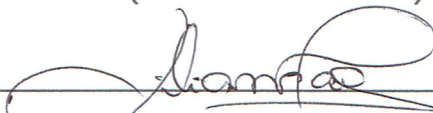


(Orientador científico Professor Doutor Nuno Poiares)



Rute Catarina de Correia Ferreira

(Aluna Rute Ferreira)



(Diretora Técnica Dr.<sup>a</sup> Liliana Coelho Morais)

## ANEXO A2 – Protocolo de Colaboração Casa do Vale

## Protocolo de Colaboração

### Crescer Ser: Casa do Vale – Casa de Acolhimento temporário

A aluna Rute Catarina de Correia Ferreira, estudante do Mestrado em Ciências Policiais, na especialização de Criminologia e Investigação Criminal, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pretende desenvolver uma investigação científica cujo título é **"A Casa de Acolhimento onde eu vivo: Narrativas de Crianças e Jovens sob medida de Acolhimento Residencial"**, sob orientação científica do Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães.

A proposta de investigação tem como objetivos:

- Analisar as narrativas de crianças e jovens, sob execução de medida de acolhimento residencial, acerca dos significados e representações que atribuem à sua casa de acolhimento;
- Identificar, caraterizar e discutir os motivos ou razões na base da medida de acolhimento residencial;
- Compreender e analisar os significados e representações das crianças e jovens acolhidos durante a execução da medida de acolhimento residencial;
- Identificar as diferenças nas narrativas, dos diferentes géneros;
- Nas trajetórias de vida das crianças e jovens com reconhecimento de problemas comportamentais, identificar e caraterizar as mudanças comportamentais, após a entrada na casa de acolhimento.

A investigação é de carácter qualitativo e recolherá informação através do Estudo de Caso, nomeadamente recorrendo à descrição detalhada dos fenómenos e comportamentos; relatos na primeira pessoa sobre experiências ou vivências; gravações e transcrições de entrevistas.

Para viabilizar o levantamento de informação utilizaremos os seguintes instrumentos de pesquisa: observação participante, análise e inquéritos por entrevistas.

Tendo em conta os pressupostos, torna-se necessário explicar os modos de colaboração da instituição:

- Autorizar a participação, na presente pesquisa de algumas crianças ou jovens, no grupo etário entre os 12 e os 21 anos, sendo que a escolha destes atores sociais será acautelada por princípios éticos;

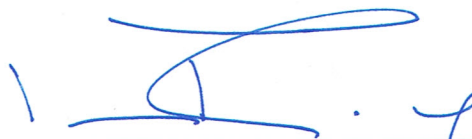


- Permitir que durante os meses de Janeiro a Abril de 2017 a investigadora possa participar nas atividades quotidianas das crianças e dos jovens;
- Autorizar a realização da gravação das entrevistas com as crianças e os jovens.

A investigadora, por sua vez compromete-se:

- Assegurar as autorizações legais para a realização da investigação;
- A informar as crianças e os jovens acerca da natureza da investigação e ainda a tornar explícito que a sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo para a criança;
- A qualquer momento, a criança e a casa de acolhimento poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados com este estudo;
- Salvar o anonimato da criança e de todos os envolvidos, através do recurso a pseudónimos na dissertação final;
- Entregar uma cópia final dos resultados da investigação.

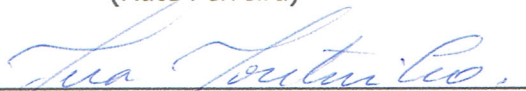
Porto, 24 de Janeiro de 2017.



(Professor Doutor Nuno Poiares)



(Rute Ferreira)



(Diretora Técnica Dr.ª Ana Moutinho)



## **ANEXO B – Modelo para o registo do Diário de Bordo**

Diário de bordo: Observação Participante

Casa de Acolhimento:					
Número da Observação:		Observador:			
Data de Observação:		Data do registo de Observação:		Horário da Observação:	
Atividades Observadas:					

Notas:

Rute Catarina de Correia Ferreira

Mestrado em Ciências Policiais, na especialização de Criminologia e Investigação Criminal

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

## **ANEXO C – Modelo para o Consentimento Informado**

## Consentimento Informado

Eu \_\_\_\_\_ fui informado (a) de que este trabalho de investigação é inserido no âmbito do Curso de Mestrado em Ciências Policiais, na especialização de Criminologia e Investigação Criminal, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, intitulado com o tema: *“A Casa de Acolhimento onde Eu vivo: Narrativas de crianças e jovens sob medida de Acolhimento Residencial”*.

Fui esclarecido(a) que as informações recolhidas serão efetuadas através da realização de entrevistas, que serão gravadas, para um melhor registo da informação recolhida.

Foi-me garantido que será mantido o anonimato e a confidencialidade da informação recolhida e que servirá apenas para o uso exclusivo ao nível da investigação.

Tive oportunidade de esclarecer todas as minhas dúvidas e a minha participação neste estudo é voluntária, pelo que posso abandoná-la a qualquer momento, sem que sofra consequências por esse ato.

Depois de todas as explicações que me foram transmitidas, aceito participar de livre vontade nesta investigação e autorizo a divulgação dos resultados obtidos em meio científico, garantido o anonimato.

Assinatura do participante em estudo:

\_\_\_\_\_

Assinatura do investigador:

\_\_\_\_\_

(Rute Catarina de Correia Ferreira)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

ANEXO C1 – Modelo para o Consentimento Informado para menores de 12 anos

### Consentimento Informado

Estás a ser convidado(a) para participar no projeto de investigação, intitulado: *“A Casa de Acolhimento onde Eu vivo: Narrativas de crianças e jovens sob medida de Acolhimento residencial”*, no âmbito do Mestrado de Ciências Policiais, na especialização em Criminologia e Investigação Criminal, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, sob orientação científica do Professor Doutor Nuno Poiars.

Não precisas de participar na investigação caso não queiras. É um direito teu e poderás desistir a qualquer momento.

A informação recolhida será feita através de uma entrevista, com gravação áudio.

Ninguém saberá que estás a participar na pesquisa, pois todos os teus dados e informações que transmitires são confidenciais e anónimas.

Se tiveres alguma dúvida podes perguntar a qualquer momento, ao longo da investigação.

Eu \_\_\_\_\_ aceito participar no projeto de investigação, intitulado: *“A Casa de Acolhimento onde Eu vivo: Narrativas de crianças e jovens sob medida de Acolhimento residencial”*.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Participante)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura da Investigadora)

Rute Ferreira

## **ANEXO D – Guião do Inquérito por Entrevista**

Guião de Entrevista –Jovens sob medida de Acolhimento Residencial

Casa de Acolhimento:			
Local da Entrevista			
Número da Entrevista:		Entrevistador:	
Data da Entrevista:		Entrevistado:	
Horário da Entrevista			

**1. Caraterização Sociodemográfica do Entrevistado**

- 1.1. Idade
- 1.2. Onde vivias antes viveres na Casa de Acolhimento?
  - 1.2.1. Com quem vivias? – Compreender os elementos do agregado familiar
- 1.3. Quanto tempo estiveste na Casa de Acolhimento?
  - 1.3.1. Sabes porque vieste para a Casa de Acolhimento?
    - 1.3.1.1. Quem te explicou?
- 1.4. Costumas ver a tua família?
  - 1.4.1. Quando e com que regularidade?
  - 1.4.2. Como são ou eram os momentos com a tua família?

**2. Caraterização da Casa de Acolhimento e seus Técnicos e Funcionários**

- 2.1. O que é para ti a Casa de Acolhimento?
  - 2.1.1. Qual a tua opinião sobre a tua vinda para aqui?
- 2.2. Os técnicos e os funcionários da Casa de Acolhimento falam contigo sobre o facto e o porque de estares aqui?
  - 2.2.1. Como descreves a tua relação com os técnicos e funcionários da Casa de Acolhimento?



- 2.3. Quando precisas de ajuda com alguma coisa ou tens algum problema pessoal, a quem recorres?
- 2.4. Dás a tua opinião sobre a situação em que te encontras? (Como por exemplo em Tribunal ou junto da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo)
- 2.5. Se tivesses que sair da Casa de Acolhimento para onde gostarias de ir?

### **3. Mudanças atribuídas à Casa de Acolhimento**

- 3.1. Como mudou a tua vida com a entrada na Casa de Acolhimento?
  - 3.1.1. O que aprendeste na Casa de Acolhimento?
  - 3.1.2. O que gostarias de mudar ou tornar diferente na Casa de Acolhimento?
- 3.2. Como descreves relação que tens com os teus colegas da Casa de Acolhimento?
- 3.3. Identificas algumas diferenças na escola após a entrada para a Casa de Acolhimento?
  - 3.3.1. Quais?

### **4. Caracterização comportamental do entrevistado**

- 4.1. Como descreves o teu comportamento?
- 4.2. Já ficaste de castigo por algum motivo?
  - 4.2.1. Se sim, Quais e Porque?
- 4.3. Já alguma vez te envolveste em episódios violentos ou discussões?
  - 4.3.1. Como foram esses episódios (onde, quando e porque?)
- 4.4. Alguma vez experimentaste ou consumiste drogas?
- 4.5. Já tiveste problemas com a polícia?
  - 4.5.1. O que originou esses problemas (quando?)

**Tentar compreender os sentimentos da criança sobre a sua situação atual e os comportamentos que manifesta na sua relação com os outros.**

**Observações:**

Rute Catarina de Correia Ferreira

Mestrado em Ciências Policiais, na especialização de Criminologia e Investigação Criminal

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**Fontes:** Moraes da Costa, L. (2014). *Crianças e jovens institucionalizados: o desafio da inclusão escolar*. (Projeto de Graduação). Universidade Fernando Pessoa. Porto.

Pereira Quintães, C. R. (2009). *Era uma vez a instituição onde eu cresci: narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho. Braga.

Pires Ferreira, T. (2013). *Crianças e jovens institucionalizados: representações e expectativas em relação à família biológica*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho. Braga.

Rodrigues de Sousa, C. A. (2013). *Um lar, uma família: a voz das instituições que acolhem crianças e jovens*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto. Porto.

ANEXO D1 – Guião do Inquérito por Entrevista para menores de 12 anos

Guião de Entrevista – Crianças sob medida de Acolhimento Residencial

Casa de Acolhimento:			
Local da Entrevista			
Número da Entrevista:		Entrevistador:	
Data da Entrevista:		Entrevistado:	
Horário da Entrevista			

## 1. Caracterização Sociodemográfica do Entrevistado

- 1.1. Idade
- 1.2. Onde vivias antes viveres na Casa de Acolhimento?
  - 1.2.1. Com quem vivias? – Compreender os elementos do agregado familiar
- 1.3. Quanto tempo estiveste na Casa de Acolhimento?
  - 1.3.1. Sabes porque vieste para a Casa de Acolhimento?
    - 1.3.1.1. Quem te explicou?
- 1.4. Costumas ver a tua família?
  - 1.4.1. Quando e com que regularidade?
  - 1.4.2. Como são ou eram os momentos com a tua família?
  - 1.4.3. Como são os momentos com a tua família adotiva?

## 2. Caracterização da Casa de Acolhimento e seus Técnicos e Funcionários

- 2.1. O que é para ti a Casa de Acolhimento?
  - 2.1.1. Qual a tua opinião sobre a tua vinda para aqui?
  - 2.1.2. Como descreves a tua relação com os técnicos e funcionários da Casa de Acolhimento?
- 2.2. Quando precisas de ajuda com alguma coisa ou tens algum problema pessoal, a quem recorres?

2.3. Dás a tua opinião sobre a situação em que te encontras? (Como por exemplo em Tribunal ou junto da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo)

2.4. Gostaste de estar na Casa de Acolhimento?

### **3. Mudanças atribuídas à Casa de Acolhimento**

3.1. Como mudou a tua vida com a entrada na Casa de Acolhimento?

3.1.1. O que aprendeste na Casa de Acolhimento?

3.1.2. O que gostarias de mudar ou tornar diferente na Casa de Acolhimento?

3.2. Como descreves relação que tens com os teus colegas da Casa de Acolhimento?

### **4. Caraterização comportamental do entrevistado**

4.1. Como descreves o teu comportamento?

4.2. Já ficaste de castigo por algum motivo?

4.2.1. Se sim, Quais e Porque?

**Tentar compreender os sentimentos da criança sobre a sua situação atual e os comportamentos que manifesta na sua relação com os outros.**

**Observações:**

Rute Catarina de Correia Ferreira

Mestrado em Ciências Policiais, na especialização de Criminologia e Investigação Criminal

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**Fontes:** Moraes da Costa, L. (2014). *Crianças e jovens institucionalizados: o desafio da inclusão escolar*. (Projeto de Graduação). Universidade Fernando Pessoa. Porto.

Pereira Quintães, C. R. (2009). *Era uma vez a instituição onde eu cresci: narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho. Braga.

Pires Ferreira, T. (2013). *Crianças e jovens institucionalizados: representações e expectativas em relação à família biológica*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho. Braga.

Rodrigues de Sousa, C. A. (2013). *Um lar, uma família: a voz das instituições que acolhem crianças e jovens*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto. Porto.